



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

VIVIANE BRITO YANAGUI
MATRÍCULA 09/0141555

VESTIMENTAS DA CORTE –
A INDUMENTÁRIA DO RITUAL DO JULGAMENTO

BRASÍLIA/DF

2013

VIVIANE BRITO YANAGUI

**VESTIMENTAS DA CORTE –
A INDUMENTÁRIA DO RITUAL DO JULGAMENTO**

Monografia apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Bacharel em Direito no
Curso de Graduação da Faculdade de Direito
da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Luís Roberto Cardoso de
Oliveira

BRASÍLIA/DF

2013

VIVIANE BRITO YANAGUI

**VESTIMENTAS DA CORTE –
A INDUMENTÁRIA DO RITUAL DO JULGAMENTO**

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Luís Roberto Cardoso de Oliveira
Departamento de Antropologia – UnB (orientador)

Professor Doutor Paulo Blair de Oliveira
Faculdade de Direito – UnB

Professor Doutor Marcus Faro de Castro
Faculdade de Direito – UnB

Brasília (DF), 22 de julho de 2013.

“Meu senhor”, disse, “o eremita manda-lhe boas vindas. Disse, porém, que o senhor deve se apresentar diante dele vestido apropriadamente.”

“Isso nem precisa dizer”, disse o rei. Colocou sua real vestimenta formal e começou a escalar a colina. Mas, no meio do caminho, foi cumprimentado por um discípulo do eremita.

“Ó rei, o eremita já o notou. Ele pede para o senhor voltar vestido apropriadamente...”, o discípulo o informou.

O rei parou. “Compreendo”, disse ele depois de um pouco. “Esta não é a maneira apropriada para eu me encontrar com um eremita! Fui um tolo. Ataviei-me como se fosse encontrar um outro rei!”

O rei retornou à sua tenda e colocou as vestes de um simples homem do povo e foi encontrar-se com o mendigo.

Outra vez foi parado no meio do caminho por um discípulo do eremita.

“Volte, meu senhor, vestido apropriadamente!” disse sumariamente o discípulo.

O rei, estupefato, retornou a seu acampamento.

“Meu senhor, deixe-nos arrastar o eremita até aqui!”, propôs o general, que havia ficado muito aborrecido com a conduta do eremita em relação a seu amado rei.

“General, você não arrastou dúzias de reis conquistados como prisioneiros e exibiu-os diante de nós? Que glória há em arrastar um eremita idoso e desarmado diante de nós?”, retorquiu o rei suavemente. “Devemos encontrá-lo em seus próprios termos”.

No dia seguinte, o rei arranhou dois pedaços de linho ocre e colocou-os, um à volta da cintura, e o outro na parte superior do corpo.

Mas, ó Deus, ele foi parado pela terceira vez:

“Meu senhor, meu mestre quer que volte vestido apropriadamente”, informou calmamente o discípulo do eremita.

O rei, cujas ordens retumbantes provocavam terremotos e holocaustos, ficou sem fala, à beira das lágrimas.

Trecho de “Volte vestido apropriadamente”, da coletânea de contos

Histórias da Índia Antiga recontadas por Manoj Das.

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o ritual do julgamento no contexto judiciário brasileiro, tomando por base os símbolos e práticas que o compõem. Em especial, traça características da simbólica e das funções da indumentária ritualística judicial por excelência, a toga, que afastou-se da origem clerical e real e popularizou-se em charges como símbolo do herói e nas ruas como fantasia de carnaval. Também analisa a forma como as cortes regulamentam o que seus membros, servidores e até partes e visitantes podem e não podem trajar em suas dependências, notadamente durante sessões e audiências, e apresenta casos em que a indefinição sobre a adequação das vestes gerou conflitos entre a instituição judiciária, justiciáveis e profissionais da advocacia. Sugere, por fim, que as questões abordadas a partir desses dois eixos não estanques – veste ritualística e veste regulamentada – relacionam-se com uma sensibilidade jurídica que admite arbitrariedades e falha na devida proteção da dignidade do cidadão.

PALAVRAS-CHAVE: toga; vestimentas da justiça; indumentária judicial; ritual do julgamento; símbolos da justiça; mensalão, TV Justiça; Supremo Tribunal Federal; antropologia do direito

ABSTRACT

This work proposes a reflection about the ritual of the judgement in the context of the Brazilian judicial system, based on the symbols and practices which are part of its composition. Especially, it shows characteristics of the symbolic and the functions of the judicial ritualistic dressing by excellence, the robe, which drifted apart from its religious and royal origins and became popular in political caricatures as a symbol of the hero and in the streets as a carnival costume. It also analyzes the way the courts determine what their members, civil servants and even parts and visitors may and may not wear inside their premises, notably during sessions and hearings, and presents cases in which the non-definition about the adequacy of the dressing created conflicts between the judiciary institution, lawyers and the parts in the process. Finally, it suggests that the issues discussed from these two dialoguing axes – ritualistic dressing and regulated dressing – which are connected to a legal sensibility that admits arbitrariness and fails to properly protect the dignity of the citizen.

KEYWORDS: judge's robe; dressing of the justice; ritual of the judgement; justice symbols; mensalão, TV Justiça; Brazilian justice television channel; Brazilian Supreme Court; legal anthropology; anthropology of law

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	8
2. O RITUAL DO JULGAMENTO, O PALCO E SEUS ATORES.....	10
3. VESTE REGULAMENTADA: OS CÓDIGOS DE VESTIMENTA DOS TRIBUNAIS.....	25
3.1. Leis suntuárias: veludo e carmesim.....	26
3.2. Os chinelos da humildade e a gravata da discórdia.....	30
3.3. Facultado o uso de calças, salvo jeans e coton-lycra.....	36
4. VESTE RITUALÍSTICA: O PODER E A TRANSFIGURAÇÃO DA TOGA.....	43
4.1. A toga ritual dos Doutores em Lei.....	44
4.2. A Corte na TV ao vivo e (s)em cores.....	52
4.3. O mensalão e a queda do Olimpo.....	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
6. REFERÊNCIAS.....	65
7. ANEXOS	
I – Decisão: usurpação dos símbolos da Justiça.....	72
II – Decisão: o juiz é um ser superior.....	74
III – Termo da audiência suspensa por causa do chinelo.....	76
IV – Ata da audiência suspensa por causa da bermuda.....	78
V – Sentença a favor do advogado sem gravata.....	79
VI – Imagens: a toga e o herói em charges e memes.....	82
VII – Epílogo: o carnaval.....	88

1. APRESENTAÇÃO

As práticas da Justiça estão permeadas de denso conteúdo simbólico. No fazer judiciário brasileiro a posição do julgador na sala de audiência naturalizou-se acima das partes e ao lado da acusação; as falas e designações atribuídas às cortes e excelências fazem lembrar a todo tempo que a Justiça era um braço do rei; os excessos em latim e outros arcaísmos enraízam o dia a dia forense no formalismo; a personagem Justiça é uma deusa da Grécia Antiga, vendada para melhor “sentir” a decisão; o martelo que não soa aqui exige mesmo assim que se faça ordem para que a balança possa funcionar, sopesando um contraditório que só tem fim quando a balança assim deseja; e que só funciona quando os que dela se socorrem estão vestidos a caráter, todos devidamente sob a sombra de uma toga negra com poderes inquisitoriais. A adoção dessas práticas e símbolos, que é também a renúncia a uma infinidade de outros, diz muito sobre como a Justiça se faz; esses percursos histórico-culturais contam e ocultam narrativas de uma Justiça que não está escrita em nenhum código ou lei.

Práticas ritualizadas, mitos fundantes, a manutenção e vivência de símbolos associados à Justiça e um denso capital simbólico próprio ao universo do Judiciário interferem na forma como os operadores do direito se percebem, criam e intercambiam relações de poder, assim como na maneira com que a sociedade lida com a instituição judiciária e a referenda. Em consequência, é de se esperar que a realização da Justiça – individualizada pelo ato de julgar – sofra influência determinante em função dessas percepções e representações.

Um dos principais componentes do aparato simbólico do ritual do julgamento são as vestimentas de seus atores. O traje de quem necessita entrar nos domínios da corte é objeto de regulamentações variadas, espécies de leis suntuárias contemporâneas, que vão desde a anacrônica autorização do uso de calças por mulheres até a expressa proibição de vestes que exponham a “região abdominal”. De outro lado, a veste ritualística por excelência, a toga, e suas parentes mais modestas, a beca e a capa, arrastam consigo séculos de austeridade e distinção.

Tanto os trajes ritualísticos quanto os recomendados e os proibidos possuem um papel no ritual do julgamento e na forma como o corpo social que ratifica – mesmo que tacitamente – esses trajes concebe a realização da Justiça. Entretanto, a legitimidade do ritual não se apoia na coação estatal que obsta o acesso à justiça a quem usa chinelos para em seguida oferecer-lhe sapatos novos. Um ritual legítimo guarda com a sociedade que lhe corresponde identidade simbólica. E se a interpretação de símbolos muda, muda também a forma como a sociedade concebe o ritual judicial que incorpora esses símbolos.

Em outras palavras, se o guarda-roupa empoeirou, é hora de trocá-lo. Os tempos mudam, os hábitos também. O que não muda é a necessidade de justiça, tanto engravatada e becada, quanto fantasiada para o carnaval.

Este trabalho inicia com a apresentação do palco e dos atores do ritual judicial, percorre regulamentos que subjugam os trajes de quem circula nas cortes e casos em que a justiça foi expulsa da sala pela falta de sapatos ou de uma gravata, atravessa a simbólica da toga, sua mediatização por meio de julgamentos televisionados até sua profanização em charges e blocos de carnaval. Nesse percurso, o ritual do julgamento e a realização da justiça colocam-se em questão: o papel do ritual e seus símbolos na efetivação de uma justiça apta a atender adequadamente a demandas de reconhecimento e igualdade de tratamento, uma justiça protetora da dignidade e da consideração a cada pessoa que se apresenta diante de si.

2. O RITUAL DO JULGAMENTO, O PALCO E SEUS ATORES

– *Deem o seu veredicto!* – ordenou o Rei aos jurados.
 – *Ainda não! Ainda não!* – interrompeu o Coelho. – *Tem ainda um montão de coisas antes disso!*

Lewis Carroll, Alice no País das Maravilhas

O julgamento é um momento de criação. Ele constrói o desfecho de uma trama conflituosa, “substitui o curto-circuito da vingança pela colocação à distância dos protagonistas”¹ e assim delimita a passagem catártica da suspensão criada pelo cometimento de um delito à definição da resposta coletiva que lhe corresponde. Ao fazê-lo, perpetua valores dessa coletividade.

O julgamento redesenha a liga tênue que mantém um grupo minimamente coeso para se reconhecer como tal. Inscreve a “justa distância entre os parceiros afrontados, demasiado próximos no conflito e demasiado afastados um do outro na ignorância, no ódio ou no desprezo”² e dessa forma inaugura o reconhecimento de parte a parte. Ele media expectativas individuais, expondo-as ao aval institucional supostamente anuído pelo grupo; ele dispõe, distribui, nomeia, institui. O julgamento é um ritual de recriação.

A prática forense tem familiaridade com os termos rito e código. A tramitação de uma ação submete-se a ritos processualmente determinados, ordinário, sumário ou sumaríssimo, a depender de circunstâncias previstas no código. A ideia de ritual judiciário na qualidade de categoria nativa, portanto, está ligada a todo o caminho que percorre uma ação na Justiça até a satisfação ou negativa do pedido, ou, numa apropriação da expressão do juiz Antônio Cavalcante, ao “suplício de uma via crucis procedimental”³. Nesse sentido, o termo “ritual” não provoca estranhamento nos atores do meio jurídico.

O mesmo não ocorre quando está em foco uma audiência ou uma sessão de julgamento propriamente dita a partir de uma perspectiva externa. Aí falar em ritual é necessariamente abrir um universo de possibilidades cognitivas, estéticas e éticas que não se subsumem à compreensão meramente jurídica do que seja o ritual judiciário. Isso porque o ritual que se processa numa sala de audiências ou no plenário de um tribunal convida – ou

¹ RICOEUR, 1995:11.

² *ibid.*, p. 169.

³ No artigo “Mitose e metáforas da justiça”, publicado em seu blog <http://mitosemetaforas.blogspot.com.br> em 11/2/2011.

intima – participantes não iniciados, externos e alheios à semântica judiciária. Esse encontro de mundos, não obstante ocorrer a todo minuto simultaneamente em incontáveis jurisdições espalhadas em todos os cantos do país, nem por isso deixa de ter a formalidade por guia e a performance por marca, em maior ou menor grau.⁴ A sessão ou audiência demarca o clímax do julgamento, o momento que circunscreve e evidencia as tensões e os embates que serão “resolvidos” por meio da resposta formal e coercitiva do poder estatal encarnado pelo juiz.

A audiência é a vitrina do sistema de prestação da Justiça. O ato é marcante, por todos os aspectos: comparecimento ao Fórum, solenidade da prestação jurisdicional, formalismo jurídico, presença do Juiz, submissão de pessoas e bens à decisão de execução coercitiva, figuração psicológica de profundos mecanismos de introjeção.⁵ (grifei)

Solenidade, formalidade e coercibilidade são características marcantes do ideal do ritual do julgamento, além da “figuração psicológica”, que denota a dimensão simbólica do ato. Conforme a definição proposta por Tambiah e apresentada por Peirano⁶, o ritual é um “sistema cultural de comunicação simbólica” em que “sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos” se distinguem por quatro características principais, sempre em graus variados: a *formalidade*, que depende do nível de convenções estipuladas; a *estereotipia*, traduzida pela rigidez dos atos e palavras que compõem o ritual, imutáveis a cada repetição desse evento; a *condensação*, que marca o espaço e o momento precisos em que o ritual acontece; e a *redundância*: a repetição de gestos e falas no espaço-tempo ritual.

O ritual do julgamento tem variações consideráveis conforme onde, quando e por que se realiza. Sistema cultural de comunicação simbólica que é, tem sentido e produz sentido no contexto social em que se insere. Num sentido macro, cuida-se de distinguir os rituais de diferentes sociedades – modernas, tradicionais – e diferentes tradições jurídicas – *civil law*, *common law* – e cada um consigo mesmo, numa perspectiva que compare diferentes momentos históricos. Num sentido micro, distingue-se um ritual de demanda trabalhista no Brasil contemporâneo de um tribunal do júri, uma lide civil. Distingue-se se é em primeira instância ou tribunal superior, ou ainda se é televisionado ao vivo.

Entretanto, rituais em geral – aí incluídos os rituais de julgamento – têm em comum funções de transmissão de valores comunitários e de pacificação de conflitos ou o

⁴ Cabe registrar a observação dos magistrados ANDRIGHI e BENETI segundo a qual as audiências vêm sendo realizadas no Brasil com “extrema informalidade”, em comparação com a prática judiciária em outros países, “seja quanto à solenidade da sala de sessões e disposição física das partes (...), seja relativamente à indumentária e acesso direto aos Juízes” (1997:24).

⁵ ANDRIGHI e BENETI, 1997:15.

⁶ PEIRANO, 2003:11.

gerenciamento de diferenças entre um e outro indivíduo ou entre indivíduos e sua comunidade. Idealmente, o julgamento é o ritual social mais explicitamente vocacionado à administração de conflitos e à distribuição de justiça.

De que forma ele o faz? Num livreto em estilo de manual e destinado a novos magistrados, os ministros do Superior Tribunal de Justiça Nancy Andrich e Sidnei Beneti descrevem o momento ritual da audiência como um ato que presta tributo à tradição e à “majestade da Justiça”, sob pena de “surgimento de complicações” e “descrédito para o Juiz e a jurisdição”, e que envolve notadamente a vestimenta ritual e regulamentada, a postura e os atos do juiz, que não deve se afastar da mesa de trabalho, a ordem e organização do ambiente físico da audiência e mesmo a constante presença da bandeira nacional.

A audiência é ato solene, obrigatoriamente integrado pela formalidade. Além da regência da audiência, realizada pelas leis processuais, deve-se atentar às regras especiais do foro, oriundas dos órgãos superiores dos Tribunais ou, mesmo, postas pela longa praxe forense, a qual vale, verdadeiramente, como lei, que não se deve ingenuamente afrontar, na matéria, sob pena de surgimento de complicações e, mesmo, de descrédito para o Juiz e a jurisdição.

Nesse ritual da audiência, incluem-se, por exemplo, algumas regras, que variam, é certo, de uma localidade para outra, mas, em geral, são presentes na prática nacional:

- a) uso da toga, quando Provimentos ou outras disposições do Tribunal o exigirem;
- b) urbanidade no tratamento das partes e Advogados, mantendo firmeza na postura pessoal, a partir da mesa de trabalho, de que, em princípio não se deve o Juiz afastar, pois nela é o lugar que institucionalmente se situa. Manter-se em posição institucional de sereno rigor e cordial formalidade, não se exasperando, mas mantendo ritmo contínuo de atividades, de modo a não deixar longos espaços vazios nos trabalhos, bem como conservando a voz em tom de comando, sem gritar, mas não diminuindo o volume de modo a ficar sobrepujada por outro comando ou pela dispersão;
- c) verificação permanente da ordem do recinto, conservando-lhe sempre a dignidade e a solenidade, ainda que singelo o local, para fazer presente a majestade da Justiça;
- d) observação de que os presentes estejam convenientemente trajados, obedecida a linha convencional de convivência humana, sem exageros, implicância ou preconceito;
- e) manutenção na sala, sempre que possível, do pavilhão nacional, pois na audiência reafirma-se, a todo momento, a exteriorização de respeito ao país e ao povo;
- f) atenção à questão de segurança pessoal própria e dos demais participantes da audiência.⁷ (grifei)

A descrição do cenário desenha um ambiente denso, austero, imponente, intimidante. Aí deve se desenrolar a ação performativa do ritual do julgamento. Performativa,

⁷ ANDRIGHI e BENETI, 1997:25-26.

ainda conforme Tambiah⁸, no sentido de que inclui discursos, além de ações: o juiz declara aberta e encerrada a sessão ou audiência, e essa fala delimita o espaço-tempo do julgamento. O juiz proclama um veredito, uma decisão, o resultado de uma votação, palavras por meio das quais o julgamento se consuma. A ação performativa também tem como características o uso e a criação de valores durante a performance: os atores do ritual do julgamento exaltam o sentido do que é justo, delimitam o papel da vítima e a proporção da culpabilidade do réu, reforçam a autoridade de quem preside o julgamento, em especial por meio de deferência no tratamento e das distâncias criadas pela performance.

Assim, os dizeres rituais são também fazeres, na medida em que inauguram situações e condições, delimitam espaços e criam-recriam valores. Os participantes vivenciam o momento ritual de maneira distinta daquela em que realizam atividades ordinárias; revestem-se, para o julgamento, de papéis bem definidos, indispensáveis à produção do sentido pretendido que é obter uma resposta a um conflito.

Essa criação de sentido pretende em nosso sistema ser uma revelação da “verdade” dos autos. O termo “verdade” está estampado no Código de Processo Penal nas expressões “a verdade do depoimento” (art. 217), “dizer a verdade” (arts. 203 e 226), “exceção da verdade” (art. 523), “apuração da verdade substancial” (art. 566) e também, em abundância, no Código de Processo Civil: é dever das partes “expor os fatos em juízo conforme a verdade” (art. 14); responde por perdas e danos quem “alterar a verdade dos fatos” (art. 17); o Ministério Público pode “requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade” (art. 83); a petição inicial deve indicar “as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados” (art. 282); todos os meios legais e moralmente legítimos “são hábeis para provar a verdade dos fatos” (art. 332); “Ninguém se exime do dever de colaborar com o Poder Judiciário para o descobrimento da verdade” (art. 339). E ainda em várias outras expressões, numa verdadeira obsessão pelo “descobrimento da verdade dos fatos”, como se houvesse uma fonte metafísica a fornecer revelações e o processo fosse o caminho até essa fonte.

Regina Lúcia Teixeira Mendes explica que, “no direito brasileiro, a ‘verdade dos fatos’ é entendida como uma ‘verdade real’, existente *a priori*, ainda que desconhecida, o que justifica uma investigação minuciosa a seu respeito”. Isso porque, prossegue a autora, “na nossa sensibilidade jurídica a realização da justiça depende da descoberta da ‘verdade real’”.⁹

⁸ apud PEIRANO, 2003.

⁹ MENDES, 2012:65.

Princípio fundante que, segundo Luiz Eduardo Figueira, “funciona como uma dimensão simbólica de legitimação”.¹⁰

Por sensibilidade jurídica, conforme elaborado por Geertz¹¹, entende-se o sentimento de justiça calcado nas bases culturais do direito, ou a noção que uma cultura tem do que seja a justiça. Essa noção, então, não é única nem absoluta. A sensibilidade jurídica do *civil law* – à qual a brasileira se filia – é radicalmente diferente daquela do *common law*. E uma contraposição fundamental entre ambas, como Garapon bem distingue, reside no fato de que “o imaginário jurídico latino remete para uma espécie de confrontação com o sagrado, enquanto que, além-Mancha, consagra a discussão”.¹² Essa discussão tem por objetivo a busca de um consenso, por meio de uma lógica adversária, ao passo que o modelo da busca pela verdade real se funda no dissenso e é operado pela lógica do contraditório.¹³

A distinção entre os dois modelos de sensibilidade jurídica encontra o ponto máximo no papel do juiz. Cabe ao magistrado, em nosso modelo, estabelecer o limite do dissenso ao revelar a verdade por ele “intuída”: em outras palavras, acessada direta e magicamente da fonte da verdade. Mendes observa que essa forma de dizer o direito, calcada no livre convencimento do juiz, se traduz na ausência de critérios compartilhados para a tomada de decisão: “no sistema processual brasileiro, em vez do juiz ser o guardião da observância da igualdade jurídica entre os cidadãos, como acontece no sistema dos EUA, por exemplo, passa a ser um árbitro a quem é permitido julgar sem critérios consensuais”.¹⁴

A consequência disso é que o processo sobrevaloriza o papel do juiz como realizador da justiça em detrimento da percepção das partes, das pessoas verdadeiramente envolvidas no conflito, em relação à realização ou não da justiça. A autoridade do juiz se funda em um “saber apropriado particularizadamente, de origem mágica, que é a fonte de seu poder e da legitimidade de suas decisões”, o que transforma os magistrados em verdadeiros “decifradores oficiais de enigmas”, nos termos de Kant de Lima¹⁵, e o ritual no “próprio desempenho da desigualdade”, como afirma Sinhoretto¹⁶. E a parte, a pessoa comum, não sabe o que é melhor para si; ignora não apenas como resolver seu conflito, mas até em que termos esse conflito deve ser posto, mesmo porque não teve acesso ao saber técnico privilegiado.

¹⁰ FIGUEIRA, 2010:300.

¹¹ GEERTZ, 2006.

¹² GARAPON, 1997:156.

¹³ LIMA, 2012:43.

¹⁴ MENDES, 2012:72.

¹⁵ LIMA: 2012:44-45.

¹⁶ SINHORETTO, 2011:380.

Vale a ênfase no fato de que o cidadão, seja ele autor ou réu, que é a parte interessada na prestação jurisdicional, (...) fica reduzido a um papel coadjuvante de pequena grandeza, frente à ênfase que se dá ao papel do julgador, que é justificado pela missão que é atribuída de descobridor da *verdade real*. Fica claro que o processo é concebido, no sistema brasileiro, como poder do juiz, e não direito do cidadão, uma vez que o juiz tem a função, ou talvez a missão, de descobrir a real ‘verdade dos fatos’ para poder realizar a justiça.¹⁷

A verdade a ser revelada não prescinde de símbolos e representações em torno dos quais o ritual do julgamento se processa. Ao contrário, os símbolos criam uma aura mística em torno da ideia da Justiça que convém a essa maneira de realizá-la. Vale lembrar que “o que chamamos de símbolo é um termo, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida cotidiana, embora possua conotações especiais além do seu significado evidente e convencional”.¹⁸ A definição singela de Jung ilumina a característica do símbolo que é tão cara aos rituais: a sensação de que sua inteireza está sempre além do alcance da racionalidade, um certo lado oculto que, embora perceptível, não pode ser dominado por completo.

Desde a arquitetura das salas de audiência e plenários de tribunais, hierarquizada e delimitadora de espaços bem definidos conforme os papéis a serem performados, passando pelo crucifixo sobre a cabeça do juiz¹⁹ – que estampa o registro religioso orientador da aplicação do direito –, as vestes dos atores e a iconografia mitológica, até o registro linguístico, tudo é orquestrado ritualisticamente.

E a maneira como esses elementos são dispostos e manipulados influencia decisivamente as performances dos atores no ritual. Sobre a arquitetura das salas e salões de audiências e julgamento, o jurista italiano Piero Calamandrei observa, a partir da experiência como advogado, que a decoração do ambiente e a amplitude dos espaços determinam o estilo de discurso e atuações da defesa.

Na Inglaterra, onde as salas dos tribunais parecem oratórios, os advogados falam em voz baixa, bem debaixo do nariz do juiz que está no púlpito, como numa confissão; ao contrário, certas salas teatrais, como as das turmas conjuntas da nossa cassação, sugerem aos orgulhosos defensores acentos melodramáticos, e todo aquele peso de motivos ornamentais nas paredes parece uma instigação a garatujas retóricas de péssimo gosto.

¹⁷ SINHORETTO, 2011:75.

¹⁸ JUNG, 1964/2008:18.

¹⁹ É interessante registrar que o tradicional crucifixo nas salas de audiência incomoda alguns tanto quanto sua ausência incomoda outros. Em 2012 a Liga Brasileira de Lésbicas e outros movimentos sociais pediram ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul a retirada dos símbolos religiosos dos prédios da Justiça no estado. O Conselho da Magistratura concordou e os símbolos foram retirados. Dois meses depois, a Associação dos Juristas Católicos pediu ao Tribunal que reconsiderasse a decisão. O pedido foi negado. A notícia foi publicada em 22/5/2012 pelo G1 com o título “Justiça do RS mantém proibição de crucifixos em prédios do Judiciário”.

Os arquitetos deveriam estudar, para a justiça, um tipo de salas luminosas e tranquilas, decorosas mas não ornadas. (...) Em certas salas faustosas, nas quais o advogado que discute aluguéis e promissórias tem diante dos olhos afrescos e estátuas que evocam os jurisconsultos e os imperadores da Roma antiga, como pode ele escapar à sugestão de se acreditar, se não um Cícero, pelo menos um Papiniano?²⁰

A ritualidade da atividade judicial brasileira, embora disponha de palácios de justiça mais modernos e modestos, está naturalmente mais próxima da italiana que da inglesa. Os plenários dos tribunais propiciam a teatralização do ato do julgamento, diante da autoridade judiciária a quem cabe anunciar a “verdade” do caso, ao passo que, como já mencionado, a tradição do *common law* é de um julgamento argumentativo. A delimitação e a disposição dos espaços reflete simbolicamente a essência do que cada tradição entende que é o ritual do julgamento.

Aqui vale pontuar uma observação de caráter histórico. Wehling e Wehling lembram que o significado particular que nossa tradição judicial atribui à ritualidade tem explicação nas origens da tradição jurídica brasileira: o formalismo do direito romano, que eleva a observância do rito a condição indispensável da eficácia do ato jurídico, associado à tradição consuetudinária medieval, na qual “o gesto poderia valer como um contrato”.²¹

Alguns símbolos aderem à ideia de Justiça e a seu imaginário iconográfico, mesmo não fazendo parte da tradição local. Juízes e advogados no Brasil não usam a peruca branca britânica²². Curiosamente, embora tampouco usem o martelo de madeira dos magistrados norte-americanos, este não só é um símbolo frequente da Justiça por aqui como compõe o senso comum associado à realidade dos tribunais, ao contrário daquela.

O site oficial do Supremo Tribunal Federal possui uma seção denominada “Símbolos da Justiça”²³. A peruca não consta, mas o martelo, que “representa o sinal de alerta, respeito e ordem para o silêncio” está lá listado, ao lado da balança, “símbolo da justiça

²⁰ CALAMANDREI, 2000:335.

²¹ WEHLING e WEHLING, 2004:136.

²² Uma palavra sobre a história da peruca. Segundo Frank (1950:257), até o fim do século XVII, ela não era disseminada na Inglaterra. Foi então importada da França, onde um rei calvo a usava, e virou moda em terras além-Mancha. Cada classe social, exceto o povo, usava um tipo de peruca: clérigos, nobres, soldados, advogados, negociantes. No século XVIII, sob George III, a moda começou a passar, os últimos a abandonar a peruca tendo sido os médicos e militares. Os religiosos, por fim, deixaram-na de lado a partir da coroação de William IV, porque aquele teria sido um dia muito quente. Conta Garapon (1997:78) que, durante o escaldante verão de 1858, um advogado pediu licença para tirar a peruca durante sua sustentação. O juiz perguntou-lhe se conhecia algum precedente do tipo. Como o advogado não foi capaz de apontar um, teve de manter o ornamento. E assim os profissionais da justiça, e apenas eles, seguem fiéis a essa tradição na Inglaterra.

²³ A seção pode ser visualizada pelo seguinte endereço eletrônico, acessado em 3 jun 2013:

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaSimboloJustica&pagina=initial>.

e do comportamento correto, da medida, do equilíbrio”; da espada, “força máxima para punir o culpado e perdoar o inocente”; da Lei das Doze Tábuas, “origem do direito romano”; do trono pedestal, “lugar de concentração de poder de quem nele se assenta”; da “cegueira”, “símbolo da ignorância e do ‘deslumbramento’, mas também da imparcialidade e do abandono ao destino” e das entidades mitológicas Têmis, Diké, Iustitia e Astreia. Têmis é a deusa grega da justiça, “da lei e da ordem, protetora dos oprimidos” e também “encarna a Lei”. Diké “não usa vendas para julgar”. Iustitia seria o equivalente romano de Diké e Astreia, um outro nome para Diké.

Um registro curioso: a toga não figura nessa lista, quem sabe se para não macular a gravidade de um instrumento de trabalho com a fantasia de objetos e entidades do imaginário.

O lugar de julgar é nas Cortes e nos Palácios da Justiça, “morada simbólica e descentralizada do soberano”²⁴. E o mais alto lugar de julgar no Brasil, o edifício sede do STF, se beneficia de um projeto arquitetônico que faz o palácio flutuar, um metro acima do chão, Olimpo modernista reluzindo numa plataforma de mármore imaculadamente branco.

Na frente da sede do STF está a célebre versão da deusa Têmis assinada pelo escultor Alfredo Ceschiatti em vigília vendada. A estátua de granito tem três metros de altura e faz repousar no colo uma espada. Dispensou a balança.

Aliás, a apropriação que a instituição ocidental “Justiça” fez da mitologia greco-romana não se deu sem recriações fundamentais. Franca Filho, que dedicou um estudo ao tema da representação da Justiça e da venda em seus olhos, registra a informação do historiador do direito e da justiça da Idade Média francês Robert Jacob segundo a qual a “cegueira” da deusa, que hoje é um dos atributos mais frequentes de sua iconografia, apareceu no final do século XV. O historiador de arte alemão Erwin Panofsky confirma que a figura da justiça vendada é uma elucubração humanística recente.²⁵ “Durante muitos séculos, a justiça esteve associada a uma visão clara e límpida dos fatos, afinal esse sentido era essencial para que ela bem manejassem os outros dois atributos que, com frequência, é representada: a espada e a balança”.²⁶

De fato, a lei foi repetidamente representada por um olho, o “olho da lei”, ou “olho da justiça”, tanto nas artes visuais quanto na poesia desde os tempos antigos. A título de exemplo, na pintura: a obra de Le Barbier, *Déclaration des Droits de L’Homme et du Citoyen*

²⁴ GARAPON, 1997:84.

²⁵ JACOB (1994) e PANOFSKY (1999) apud FRANCA FILHO, 2011:32.

²⁶ FRANCA FILHO, 2011:32.

(1789), é encimada por um olho irradiando luz de dentro de um triângulo; o quadro de Mathias Blumenthal, *Justitia Majestata* (1762), retrata uma deusa da justiça guardada por um olho dentro de um triângulo invertido, que também irradia luz. Ela também porta um medalhão em forma de olho. E não está vendada. Na poesia, Schiller fez constar em um texto o dito “o olho da lei vela” (1800); dois mil anos antes, o poeta grego Amiano Marcelino escreveu que “o eterno olho da Justiça velou”.²⁷

O primeiro registro da justiça vendada data de 1494 e é uma xilogravura atribuída a Albrecht Dürer para o poema satírico “A Nau dos Insensatos”, de Sebastian Brant. A ilustração critica a justiça retratando “a litigância excessiva, o abuso processual e o vício dos poderosos ‘homens da justiça’ de esconder a verdade em chicanas vãs”, de modo que “a justiça, que deveria ver, já não enxergava em virtude do humilhante obstáculo da venda imposta pelos ardilosos loucos processuais”. Contrário a essa ideia de justiça, o governo alemão do início do século XX chegou a editar uma norma que proibia toda representação vendada da justiça nos tribunais que estavam sendo construídos na época.²⁸

Num movimento inverso, a venda nos olhos da Justiça significando independência, incorruptibilidade, imparcialidade e desprezo às aparências aparece pela primeira vez pouco tempo depois da gravura de Dürer. Foi em 1531, numa consolidação de direitos municipais imperiais germânicos chamada *Wormser Reformation* publicada pelo tipógrafo e gravador Christian Egenolph: a justiça vendada porta a espada e uma balança equilibrada entre um rico e um pobre.²⁹

O interesse acadêmico que a iconografia da justiça desperta é atual e pode ser verificado, por exemplo, por meio da disciplina que se delineia a partir da Áustria, Suíça e Alemanha, no início do século XXI, denominada visualidade jurídica. Segundo Franca Filho,

Essa disciplina multissensorial se ocupa em estudar o design da informação jurídica e as múltiplas modalidades de comunicação do fenômeno jurídico ao longo da história – dos manuscritos medievais ricamente ilustrados aos esquemas de informação digital em 3D dos dias de hoje.³⁰

Acompanhar por meio da iconografia os distintos momentos históricos da instituição Justiça pode revelar muito sobre como ela se produz. Bárbara Lupetti Batista propõe uma interpretação para esse movimento de vendar e desvendar a Justiça associando o

²⁷ FRANCA FILHO, 2011:32-35. Reproduções dessas imagens podem ser conferidas nessa obra.

²⁸ Ibid., p. 36-38.

²⁹ Ibid., p. 40.

³⁰ As pesquisas dessa disciplina se disseminam por meio do *International Journal of Legal Information Design*. FRANCA FILHO, 2011:26.

momento atual a uma tendência de se pensar a deusa desvendada em harmonia com o ativismo judicial em voga.

A modificação histórica da forma de representar a deusa *Themis* simboliza também a modificação da forma de se olhar para o Direito. Antes, o positivismo. Hoje, o ativismo. Antes, o juiz “boca da lei”. Hoje, o juiz repleto de opções para fazer justiça - subjetivamente - conforme o caso concreto.

(...)

Infere-se, portanto, que a atual concepção dogmática sobre a venda nos olhos remonta à uma crítica ao positivismo, que exigia juízes tidos como “cegos”, pois restritos ao cumprimento da lei. Hoje, a concepção do ativismo judicial exige magistrados que, ao interpretarem a lei, recriam os seus significados.³¹

Entretanto, a autora chama a atenção para o fato de que a tendência ao ativismo não é um movimento uniforme entre os juízes e critica o que entende por uma falta de critério na opção entre ser ou não ser ativista.

O mesmo juiz pode ser positivista em um caso e ativista em outro; ele pode seguir rigidamente a lei em um caso e rasgá-la em outro, como também cumprir a lei em um caso e fazer justiça alternativa no outro. Logo, o que determina a atuação da magistratura - aqui e hoje - é um sistema ambíguo, casuístico e paradoxal, que permite e acolhe as mais diversas posturas nos mais diversos casos, independentemente de coerência ou adesão às tradições “teóricas”. Ser positivista ou ser ativista não é uma questão no judiciário moderno. Hoje, o que importa é saber: quando e por que ser positivista ou ativista.³²

Vendada ou não, o saber ouvir da Justiça é uma tarefa muito particular a que se conferem seus representantes. A linguagem aí empregada, o dito juridiquês, chega a extremos tais que tem sido alvo, desde 2005, de uma campanha da Associação dos Magistrados Brasileiros por sua simplificação. Sob a bandeira de que a Justiça deve ser entendida por todos e, com isso, estar mais ao alcance de todos, publicou uma cartilha que explica em brevíssimas linhas quais são os órgãos da Justiça – e quais não são –, quais as etapas dos ritos ordinários penal e civil, além de trazer a tradução de expressões em latim e termos técnicos jurídicos. A abertura da cartilha, redigida em juridiquês caricaturado, identifica-o como uma “mazela” a ser solucionada no Judiciário.

Diagnosticada a mazela, põe-se a querela a avocar o poliglôssismo. A solvência, a nosso sentir, divorcia-se de qualquer iniciativa legiferante. Viceja na dialética mediatória, ao inverso da almejada simplicidade teleológica, semiótica e sintática, a rabulegância tautológica, transfigurada em plurilinguismo ululante indecifrável.

³¹ LUPETTI BATISTA, 2012:188.

³² *ibid.*, p. 189.

Na esteira trilhada, somam-se aberrantes neologismos insculpidos por arremedos do insigne Guimarães Rosa, espalmados com o latinismo vituperante.

Afigura-se até mesmo ignominioso o emprego da liturgia instrumental, especialmente por ocasião de solenidades presenciais, hipótese em que a incompreensão reina. A oitiva dos litigantes e das vestigiais por eles arroladas acarreta intransponível óbice à efetiva saga da obtenção da verdade real. *Ad argumentandum tantum*, os pleitos inaugurados pela Justiça pública, preceituando a estocástica que as imputações e defesas se escudem de forma ininteligível, gestando obstáculo à hermenêutica. Portanto, o hercúleo despendimento de esforços para o desaforamento do “juridiquês” deve contemplar igualmente a magistratura, o ínclito Parquet, os doutos patronos das partes, os corpos discentes e docentes do magistério das ciências jurídicas.³³ (grifei)

O juridiquês é, na realidade, um misto de linguagem técnica com linguagem rebuscada e arcaica. Na condição de área especializada, o Direito é dotado de termos e conceitos técnicos dominados pelo conjunto profissional que os manipula. Por outro lado, atrai rebuscamentos – como as inúmeras expressões em latim, a construção de frases truncadas, o emprego de termos em desuso e de fórmulas rígidas – que se associam à formalidade, à sobriedade e à “dignidade” do Poder Judiciário, conceitos que também se refletem nas vestimentas adotadas pelos protagonistas do ritual judiciário e impostas aos figurantes do ritual, as pessoas das quais os processos falam.

O texto em juridiquês da cartilha da AMB critica a incompreensão reinante nos rituais judiciais em razão da “liturgia instrumental”, uma ritualística hermética e hostil aos não iniciados. Lupetti Batista registrou numa nota de rodapé em sua tese sobre a imparcialidade judicial impressões etnográficas que apontam para a sugestão de que a legitimidade do Poder Judiciário como ente social a quem é incumbida por excelência a administração de conflitos depende da compreensão do ritual judicial.

A minha pesquisa, por razões de recorte temático, não incorpora a percepção dos jurisdicionados sobre a imparcialidade judicial e a crença no judiciário. Mas, na etnografia, assisti a algumas audiências em que escutei as partes dizerem: “não quero fazer acordo porque o juiz que sabe o que é melhor” ou “deixo nas mãos do juiz”. Este discurso legitima a crença e explicita a confiança atribuída ao Estado-juiz. Ou seja, a ideia de que a forma mais justa de administração de conflitos é a do judiciário está, de certo modo, internalizada na sociedade, que, quando se dirige aos Tribunais espera deles a melhor solução para o seu conflito. O que desperta a crise de legitimidade atual desse poder é exatamente a frustração dessa expectativa, diante da incompreensão dos rituais, do distanciamento verificado no contacto com os magistrados, na sua impossibilidade de falar, de expressar opiniões.³⁴ (grifei)

³³ ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, 2007:4.

³⁴ LUPETTI BATISTA, 2012:198.

A excessiva formalidade de certos juízes ou seu distanciamento das partes são questões cujo enfrentamento é necessário. O ministro do STF Gilmar Mendes, em entrevista registrada no trabalho acadêmico de Filomena Paixão, admite que em muitos casos o ritual se processa por inteiro sem que a pessoa envolvida, mesmo estando presente e assumindo o papel central que é o de réu, compreenda o resultado do ritual, o tamanho de sua pena ou mesmo sua absolvição.

Talvez, se a gente pensar o acesso à justiça de maneira muito mais ampla, a gente devesse cobrar um pouco mais clareza. Eu percebo isso nos julgamentos do júri, ou mesmo quando a gente participa nestes mutirões carcerários do livramento condicional. A pessoa que está obtendo o benefício tem que cumprir e aceitar. E se faz uma leitura, e a leitura é ate um bom exemplo. A gente percebe que, em geral, são pessoas simples, presos e tal, ele está concordando com algo que não sabe o que é. Ele não entende, é uma solenidade que se repete nos presídios. Usa-se uma forma legal, alguém faz a leitura e pergunta se a pessoa está de acordo, e ela obviamente diz que está. Ou quando a gente entrega uma sentença pra alguém e diz parabéns. Aí perguntam: eu ganhei ou perdi? Ou se fala muito do júri, que o sujeito diante da confusão instalada não sabe se o resultado lhe é favorável ou não. Acho que é chegada a hora da gente repensar um pouco isso porque ela não se destina apenas a esse universo restrito, ela já se destina às pessoas que são partes do processo, que muitas vezes não têm noção do seu significado e ficam carentes de apoio de verdadeiros intérpretes.³⁵ (grifei)

Entretanto, por “compreensão” dos rituais, deve-se entender uma aceitação que ultrapassa o mero processamento racional do que foi dito e performado. O ritual judicial é um evento que dialoga com uma simbólica densa e no qual tomam parte não iniciados. O fato, porém, de essa compreensão não se dar no plano racional, não significa necessariamente que o ritual não cumpriu seu papel. Bourdieu, ao descrever a crença na legitimidade da missa em latim, idioma que os fiéis não entendem, o que não os impede de acreditar nela e no que ela simboliza, atribui o sucesso do ritual não a sua compreensão, mas a sua eficácia simbólica, que não passa pelo entendimento, mas pela compreensão contextual.³⁶

Essa compreensão parece estar mais vinculada à percepção das partes de ter havido distribuição de justiça. Ocorre que não é possível determinar *a priori* em que circunstâncias fáticas se dá uma distribuição razoável de justiça. Isso porque o justo, a noção de direitos, é relacional.³⁷ Além do que, envolve uma dimensão de reconhecimento que ultrapassa a avaliação acerca dos direitos e dos interesses em disputa e inclui uma demanda por consideração e afirmação da identidade do indivíduo.³⁸ Pode-se, por outro lado, identificar

³⁵ A entrevista foi realizada em 30/11/2010 (PAIXÃO, 2010:52).

³⁶ BOURDIEU (1996) apud LIMA, 2012:31.

³⁷ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996:67-81.

³⁸ Id., 2009:10.

quando isso não se deu: no caso dos réus mencionados na fala do ministro Gilmar Mendes, por exemplo, fica claro que a atuação da instituição judiciária não atendeu adequadamente a essa dimensão.

As vestimentas do ritual judicial inserem-se no conjunto de elementos simbólicos que servem a conferir distinção e poder aos atores responsáveis pela disputa e distribuição da justiça e ao ritual em si. Elemento que exerce influência direta nesse evento, ainda quando provoca incompreensão e até inconformidade. Por um lado, a veste ritual por excelência, a toga, inscreve-se num histórico de demarcação do momento ritual – quase místico – que é o julgamento e fornece a quem a veste os “poderes” necessários para alcançar e fornecer a decisão justa. Por outro, a instituição Poder Judiciário percebe como fundamental a obrigação de resguardar a dignidade de si mesma diante dos justiciáveis e, para isso, exige de seu corpo funcional e dos próprios justiciáveis que se apresentem vestidos de maneira compatível com essa dignidade. Porque a dimensão estética do local da Justiça não pode ser subestimada, sob pena de se subestimar a própria efetividade dos mandamentos da instituição. É o recado que a instituição envia aos que estão sob si.

Os símbolos da Justiça são-lhe tão preciosos que lides são instauradas para defendê-los da usurpação. A esse respeito, vale um olhar sobre uma decisão do Distrito Federal emanada em 2010. O juiz da 4ª Vara Cível proibiu o Tribunal de Justiça Arbitral e Mediação dos Estados Brasileiros (TJAEM) de usar símbolos do Poder Judiciário na emissão de carteiras funcionais, formulários, carimbos e documentos. A decisão também veda ao tribunal arbitral o uso de vestes rituais – as vestes talares – e de peças típicas do processo judicial, como a intimação, a citação e o mandado. Na ação civil pública, o Ministério Público ressalta a propaganda enganosa ao consumidor desse serviço de arbitragem, uma vez que este receberia uma convocação com o símbolo da Justiça no topo do documento, induzindo-o a crer que se trata de cumprimento obrigatório.³⁹

Não há reparos à decisão; ao contrário, ela demonstra que proteger os símbolos da Justiça e, com isso, seu ritual, pode significar proteger os que dela se socorrem. Assim, esse caso sublinha a necessidade, que é de todo o corpo social, de resguardar o âmbito ritualístico exclusivo da Justiça e a legitimidade que daí decorre.

A preocupação com a dimensão simbólica do ritual judicial também foi o que determinou a restrição ao uso de algemas pelo réu durante seu julgamento. A discussão quanto à influência que a simples exposição de um acusado portando algemas teria sobre os

³⁹ Processo : 2010.01.1.111295-5. A íntegra da decisão pode ser lida no Anexo I.

jurados e a opinião pública levou o Supremo a editar súmula vinculante⁴⁰ com o objetivo de limitá-las a situações excepcionais e justificadas de perigo.

Por outro lado, resta questionar até que ponto o conjunto simbólico da Justiça serve também à manutenção de posições arbitrárias e à legitimação de poderes simbólicos que extrapolam a função de fazer justiça do ritual do julgamento e possibilitam um cenário em que direitos são distribuídos desigualmente.

Recentemente, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ratificou seu consentimento com a prática do advogado, não raras vezes criticada, de intitular-se “doutor”. A 2ª Câmara do Conselho Federal da OAB deliberou e decidiu à unanimidade que “a utilização da precedência de doutor antes da aposição do nome do advogado não se configura infração ético-disciplinar”.⁴¹ Se falar em infração ético-disciplinar pode de fato ser excessivo em relação a um comportamento que é tão largamente disseminado, a decisão da entidade tem o efeito de abençoar essa prática e empoderar assim os profissionais, que agora poderão refutar críticas sob o argumento de que seu título de doutor foi legitimado por sua entidade reguladora e representativa.

Em contrapartida, o CNJ disse “não”, em 2011, à pretensão dos advogados de se tornarem imunes ao detector de metais e à revista da entrada dos tribunais, obrigatória por todos os que desejam adentrar o ambiente da corte⁴², embora com isso o assunto não esteja pacificado. O corregedor nacional de justiça, Francisco Falcão, manifestou neste 2013 seu apoio à não sujeição dos advogados a essas medidas de segurança. Segundo o ministro, “se o advogado está com a carteira da OAB, basta mostrá-la para que tenha livre acesso aos Fóruns, não tendo que passar por detector de metal”.⁴³

A propósito, não é demais lembrar que os magistrados, como os advogados, carregam para fora da corte a disputa simbólica por espaços de poder. Referência obrigatória nesse sentido – pois que amplamente repudiada e reconhecida como caricata por seus próprios pares – foi o caso do magistrado que alegou dano moral em ação contra o condomínio onde

⁴⁰ Súmula Vinculante nº 11: “Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado”.

⁴¹ A decisão é de 14/5/2013 e foi noticiada no Conjur em 18/5/2013 em nota sob o título “OAB define que doutor antes do nome não é infração ética”.

⁴² Publicada no site do CNJ em 18/2/2011: “Advogados também têm que passar por detector de metais”.

⁴³ Publicada no site da OAB em 10/4/2013: “Francisco Falcão defende fim de detector de metal e revista a advogado”.

morava porque o funcionário do prédio não o havia chamado de doutor. Caricata ou não, o juiz chegou a obter decisão liminar a seu favor.⁴⁴

Se instado a dar sua opinião, esse magistrado talvez concordasse com a colega da Paraíba, para quem o juiz é um ser superior a qualquer outro. Para considerar prescritos os direitos pleiteados por um trabalhador rural, a juíza do trabalho precisou registrar em uma sentença de 2007 a impressionante afirmação segundo a qual “a liberdade de decisão e a consciência interior situam o juiz dentro do mundo, em um lugar especial que o converte em um ser absoluto e incomparavelmente superior a qualquer outro ser material”.⁴⁵

Tanto o tratamento de “doutor” quanto a briga pela imunidade e procedimentos de segurança na entrada de tribunais e essa declaração de superioridade sugerem reivindicações de reconhecimento fundadas em privilégios de caráter estamental que não convivem com a noção de igualdade enquanto igualdade de tratamento, mas parecem amparar-se na ideia de igualdade expressa por Rui Barbosa, segundo a qual se justifica o tratamento desigual na medida das diferenças entre desiguais. Dessa forma, o tratamento diferenciado a advogados e magistrados se justificaria em razão de não serem iguais a um cidadão comum. A tensão entre essas duas concepções de igualdade⁴⁶ é uma constante no Brasil e marca a forma como a justiça interpreta e distribui direitos formais.

Importa, assim, reafirmar que a dimensão simbólica da Justiça ultrapassa elementos de ordem estética que a evidenciam, e outros de ordem ética em que poderes – “doutor advogado”, “sua excelência, o juiz” – interagem. Ela está também relacionada à maneira como as pessoas se percebem em torno da mesa de audiência ou diante do tribunal, à forma como os jurisdicionados sentem ter ou não seu conflito obtido uma resposta satisfatória, a “como os direitos são vividos e como ganham sentido para as partes”.⁴⁷ E, de sua parte, a vivência simbólica dos direitos é diretamente influenciada pela forma como a instituição Justiça se realiza no cotidiano dos tribunais, com toda sua carga cultural, histórica e estética e com as disputas pela autoridade dos atores que a manejam.

⁴⁴ O episódio aconteceu em Niterói/RJ em 2004. O juiz da 6ª Câmara Cível de São Gonçalo, Antônio Marreiros da Silva Melo Neto, moveu ação de danos morais contra o condomínio e obteve liminar que o assegurava o tratamento de “senhor” ou “doutor”. Em sua decisão, o desembargador Gilberto Dutra concedeu a ordem sob a justificativa de que se tratava de um magistrado, que deveria ter a dignidade e decoro da função que exerce preservados. No ano seguinte, a ação principal foi julgada e considerada improcedente.

⁴⁵ Noticiada pelo Conjur em 17/11/2007 com o título “O juiz é superior a qualquer ser material, diz juíza”. A íntegra da sentença está reproduzida no Anexo II.

⁴⁶ CARDOSO DE OLIVEIRA, 2009.

⁴⁷ Id., 2010:457.

3. VESTE REGULAMENTADA: OS CÓDIGOS DE VESTIMENTA DOS TRIBUNAIS

Aparência também é poder porque, sendo um dom de Deus, recomenda os homens em favor das mulheres e estranhos.

Thomas Hobbes, Leviatã

...E, em especial, as mulheres em favor dos homens, estranhos e colegas, superiores, subordinados e jurisdicionados. Essa poderia ser a abertura de um manual de como vestir-se num tribunal atualizado para o início do século XX, quando no Brasil a primeira mulher se torna advogada,⁴⁸ ou para 1954, quando por primeira vez uma brasileira ingressa na magistratura.⁴⁹ Manual que poucas emendas teria sofrido até que a primeira ministra assumiu cadeira na corte suprema do país, em 2000,⁵⁰ e mesmo desde então, salvo talvez quando a companheira não menos vanguardista causou pasmo e virou notícia quando, nos idos de 2007, adentrou o plenário vestindo calças.⁵¹ Considerado o grau de formalidade e apego a tradições que é característico do meio jurídico, não seria exagero dizer que uma ministra do STF de calças compridas fez história na moda jurídica brasileira comparável ao capítulo inaugurado pelo biquíni de Leila Diniz grávida ou por Coco Chanel abandonando o espartilho e colocando nas cabeças das parisienses mais elegantes ideias feministas⁵² embaladas em impensáveis chapéus “de homem”.

Tanto o ato simbólico de libertação do corpo feminino da normatização castradora protagonizado pela atriz Leila Diniz – e seu “despudor” ao associar maternidade e sensualidade – quanto aquele de ressignificação do feminino representado pela apropriação do vestuário masculino em desfavor do não menos simbólico espartilho são marcos históricos da afirmação da mulher enquanto sujeito. O que esse sujeito reivindica parece ser bastante simples: quero dispor de meu próprio corpo, a última instância do direito de propriedade e a primeira morada da intimidade e da privacidade. Quero nascer livre e ser igual em direitos

⁴⁸ Trata-se de Myrthes Gomes de Campos, nascida no Rio de Janeiro em 1875.

⁴⁹ Thereza Grisólia Tang construiu sua carreira pioneira no Judiciário catarinense. Durante quase 20 anos permaneceu como a única mulher a exercer a magistratura no estado.

⁵⁰ Ellen Gracie Northfleet, indicada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, tomou posse no STF em 2000 e se aposentou, aos 63 anos, em agosto de 2011.

⁵¹ A notícia, extraída do site jurídico Conjur, marca o ineditismo da atitude da segunda mulher a integrar o STF: “O Supremo Tribunal Federal, nos seus quase 200 anos de existência, assistiu nesta quinta-feira (15/2) uma cena inédita. A ministra Cármen Lúcia, uma das mais novas integrantes da Corte, compareceu à sessão trajando calça comprida”.

⁵² Foi, aliás, na França que a expressão “feminismo” nasceu, para nomear, a princípio, grupos reivindicatórios que lutavam para melhorar as condições de vida das mulheres desde o século XIX (TELES, 2006:71).

como os homens daquela declaração de 1789. Quero ir e vir: casar, descasar, trabalhar e mesmo chefiar. Quero me despir da invisibilidade e, em minhas particularidades, ser um ser humano autônomo e até feliz.

Parece simples poder dispor do próprio corpo, mas não é. Nem do que o corpo ostenta: adereços, gravações na pele, perfurações, indumentária, cabelos, são todos elementos que cultura e contracultura normatizam, reinventam, reivindicam. Não existe neutralidade em moda, uma vez que contradizer é também dizer. Ou, como preferiu Baudrillard lembrando o exemplo do jeans, não é possível escapar à moda “visto que a moda faz da recusa mesma da moda um traço da moda”.⁵³ Tampouco existe inocência em silenciar: a mais pura e simples nudez não é justamente o mais insuperável dos protestos?

Leis suntuárias: veludo e carmesim

É longo, dissimulado e cheio de caprichos o percurso milenar da preocupação das altas classes econômicas e políticas com o que podem ou não, devem ou não vestir os que estão sob si. A história batizou de leis suntuárias as normas positivadas que regularam em diversas épocas e terras desde a maciez do tecido até o estilo de corte permitido às vestimentas conforme a posição de seu portador na hierarquia social. O objetivo manifesto dessas leis foi controlar gastos imoderados e racionalizar o uso de insumos para produção de bens, notadamente de peças de vestuário.

As primeiras datam de épocas anteriores à era cristã. Da Grécia e da Roma Antiga chegam-nos registros da proibição ou restrição de joias, tintura, certos tipos de tecido. O uso de meias já foi interditado aos cidadãos romanos.⁵⁴ Na Idade Média, a redação das leis suntuárias revela a influência do discurso moralista e religioso, voltado a inibir o pecado da ostentação. Na Renascença, passa a ser notável a preocupação com a diferenciação social.

A maior parte das leis suntuárias atestam a intenção, entre os reis que as editavam, de manter as distinções de classe sobre as quais a sociedade repousava. (...) No édito de Henrique II da França, em 1549, por exemplo, “apenas os príncipes e as princesas podem vestir-se de carmesim; os gentis-homens e suas esposas só têm o direito de utilizar essa cor nas peças mais escondidas; às mulheres da classe média só é permitido o uso do veludo nas costas ou nas mangas; aos maridos, proíbe-se o seu emprego nas vestes superiores, a não ser que as inferiores sejam de pano; às pessoas que se dedicam aos ofícios e aos habitantes do campo, a seda é interdita; mesmo como acessório.”⁵⁵

⁵³ BAUDRILLARD, 1996:130.

⁵⁴ KÖHLER, 2009:139.

⁵⁵ SOUZA, 1996:47.

A lei suntuária rotula, assim, o cidadão conforme suas posses, meio social e, naturalmente, gênero, de modo a facilitar a identificação e a diferenciação das pessoas conforme a quantidade de carmesim, púrpura, veludo, seda ou ouro que cobre seus corpos. Aos comuns era proibido imitar a aparência dos aristocratas; a nobreza desejava distinguir-se da burguesia próspera, mas sem berço; a realeza defendia seu direito natural de brilhar. A lei suntuária é um mecanismo normativo de resistência simbólica contra as mudanças sociais; para tanto, subjuga-se o trajar porque “a vestimenta é uma linguagem simbólica, um estratagema de que o homem sempre se serviu para tornar inteligíveis uma série de idéias como o estado emocional, as ocasiões sociais, a ocupação ou o nível do portador”.⁵⁶

A eficácia desses normativos é, no entanto, frágil. Na Itália do século XV, por exemplo, “promulgaram-se inúmeras leis com a finalidade de restringir o luxo cada vez maior dos trajes, mas essas leis foram ali tão inúteis quanto nos demais lugares”.⁵⁷ Pode-se dizer que o cumprimento das leis suntuárias se deu, de modo geral, na medida em que apenas impunham formalmente e por escrito o que usos e costumes já normatizavam. Isso porque definições sociais tácitas acabam por condicionar preferências individuais, de modo que padrões sociais e fatores econômicos determinam a vestimenta no âmbito de um grupo social de maneira muito mais efetiva que o direito sacramentado por um pedaço de papel.

Os grupos sociais possuem códigos de vestimenta que não se limitam ao que está escrito. Sistema simbólico que é, o código da vestimenta se vale do subliminar e do tácito para constranger ou influenciar seus seguidores. Bourdieu assinala que “os sistemas simbólicos devem a sua força ao facto de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido”.⁵⁸ Pois bem, é nas relações de sentido que se estabelecem em torno de tal ou qual peça de roupa que reside a capacidade do código de vestimenta de mobilizar gostos e de sugerir a autonomia das escolhas.

Além disso, os símbolos, ao atuarem na integração social, tornam possível um entendimento comum sobre o que é o mundo e, dessa forma, acabam por reproduzir a ordem social e a moral aí implícita.⁵⁹ Por essa razão, conhece-se a moral e a ideia que uma sociedade tem de si a partir dos símbolos e dos valores simbólicos que ela veicula, reforça, festeja e despreza. Aí incluída a maneira como a sociedade lida com suas roupas: por meio dos códigos que orientam os modos de vestir-se, por meio da moda.

⁵⁶ SOUZA, 1996:125.

⁵⁷ KÖHLER, 2009:241.

⁵⁸ BOURDIEU, 1998:14.

⁵⁹ Ibid, p. 10.

Códigos de vestimenta e moda são a mesma coisa? Convém reparar que aqui se adota a definição de moda que tem na Europa do século XIV suas raízes – coincidentes com o desenvolvimento das cidades e do comércio, do individualismo e do racionalismo –, culminando no século XIX – marcado pela produção em escala industrial, a publicidade e o incentivo ao consumo –, a partir do qual se pode dizer que a moda equivale ao fenômeno tal qual o conhecemos hoje.⁶⁰

Assim, a moda seria localizável historicamente e estaria associada de forma estreita com aspectos econômicos⁶¹, ao passo que códigos de vestimenta acompanham a humanidade em suas mais diversas sociabilidades.⁶² Em 3000 a.C. – o exemplo longínquo pretende reforçar a generalidade do que aqui se entende pelo código de vestimenta –, as roupas das mulheres egípcias cobriam o corpo muito mais do que as masculinas. Já entre a grande maioria dos povos asiáticos antigos, as roupas eram quase idênticas para ambos os sexos.⁶³

Isso não quer dizer que a moda adstrinja-se ao domínio do econômico e careça de interesse sociológico.

No Brasil do século XIX – o exemplo próximo pretende sugerir a atualidade das questões levantadas pelo estudo da moda –, a moda entrou no mundo feminino de maneira tão profunda que ainda hoje persistem resquícios dessa associação direta, o que foi registrado pelo sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre em uma de suas obras intitulada justamente “Modos de homem & modas de mulher”.⁶⁴ Gilda de Mello Souza fornece uma explicação. Segundo a autora, ao longo daquele século,

o desenvolvimento da indústria havia libertado o sexo feminino de uma série de atividades produtivas que até então se realizavam no âmbito doméstico. O centro urbano fornecia com mais facilidade e mais barato o pão, a fazenda, a renda, o vestido feito, o chapéu, e a crescente especialização das funções criava uma série de novos empregos, tanto nas fábricas como nos lares, preenchidos pelas mulheres do novo proletariado. De um momento para outro, a mulher burguesa viu-se mais ou menos sem ter o que fazer, e seu único objetivo – agora que nas classes médias e altas perdera o valor econômico, transformando-se em grupo dependente – era casar.

⁶⁰ A partir do enquadramento didático proposto por POLLINI, 2007:16-18. Escapa dos objetivos deste trabalho a discussão a respeito dos diversos entendimentos do que seja a moda.

⁶¹ A moda, como a publicidade, seria um “operador totêmico” contemporâneo: ambos atuam como mecanismos de individuação e personalização de produtos fabricados em série. Atuando no sentido de fazer o consumo subsumir-se à produção, a moda transforma o vestir-se num ato de afirmação da singularidade do indivíduo induzindo falsas escolhas. Para uma discussão sobre o totemismo e a publicidade, ver ROCHA, 1995.

⁶² Outra abordagem possível da distinção é a que opõe a moda aos costumes. Assim, estes prestariam tributo contínuo ao passado e à tradição, enquanto aquela cultuaria o presente, tendo a novidade por motor (SOUZA, 1996:20). Os códigos de vestimenta estariam, assim, ligados aos costumes e à tradição.

⁶³ KÖHLER, 2009:63-96.

⁶⁴ FREYRE, Gilberto. Modos de homem & modas de mulher. Rio de Janeiro: Record, 1986.

Um tal estado de coisas favorecia o desenvolvimento daqueles recursos que entram em jogo na competição sexual e, no pequeno espaço de tempo que mediava entre a vida da menina e a da senhora, a moça entregava-se ao aprendizado da música e das maneiras, ao interesse pelos vestidos, vivendo na expectativa da chegada do marido.⁶⁵

Dedicar-se à moda era, assim, verdadeira questão de sobrevivência para a mulher cuja identidade provinha da escolha feita pelo homem, do nome que o homem lhe emprestava. De fato, a história da moda no Ocidente demonstra que as possibilidades de sedução – tanto quanto a inibição dessas possibilidades – têm determinado o movimento de vestir, sobrevestir e desvestir os corpos.

Com efeito, a moda começa realmente quando, a partir do século XV, descobriu-se que as roupas poderiam ser usadas com um compromisso entre o exibicionismo e o seu recalque (a modéstia). Desde então duas tendências têm-se manifestado nas variações sucessivas da moda: a de devassar o corpo, fazendo com que o exibicionismo triunfe sobre o pudor, o instinto sexual expandindo-se em formas mais realísticas de expressão, e a de cobri-lo de disfarces, sob a coação do puritanismo e do decoro.⁶⁶

O papel do vestuário na sedução e outros embates de gênero aparecem não apenas na moda, como também nos códigos de vestimenta de grupos sociais e profissionais hoje. No ambiente jurídico, a mulher é instada ora a exhibir, ora a inibir sua condição de “feminina”. Nesse sentido, o exemplo da primeira mulher a compor a corte suprema brasileira, ministra Ellen Gracie, dá o tom dessa contradição: os elogios públicos a sua “elegância”, especialmente no período em que ela presidiu o STF, costumavam vir acompanhados de um adendo sobre sua “competência”. E vice-versa.

A esse respeito, a sabatina da ministra no Congresso Nacional merece menção. Deu-se às vésperas de sua ascensão à condição de presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No dia seguinte à audiência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, diversos jornais do país noticiavam a “gafe” do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ao dizer que, na condição de ginecologista, havia aprendido a “lidar de perto com as mulheres, a entender muito profundamente a sensibilidade feminina”.⁶⁷ Na ocasião, o então senador Wellington Salgado (PMDB-MG) foi ainda mais direto quanto aos verdadeiros atributos da sabatinada: “Ouvi falar muito da sua competência, do seu conhecimento jurídico e sua intelectualidade, mas o meu voto ainda leva em conta a beleza e o charme. Assim voto com

⁶⁵ SOUZA, 1996:89.

⁶⁶ Ibid., p. 93.

⁶⁷ A Revista Veja, por exemplo, publicou a declaração do senador na seção “Veja essa” em 29 de março de 2006.

muito prazer”.⁶⁸ Ao final da sessão, após a aprovação unânime da indicação de Ellen Gracie, o presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), tentou reparar o constrangimento causado pelos colegas. Disse que a ampla aceitação do nome dela se devia “à elegância física e moral, à dignidade e sobretudo à competência” da ministra.⁶⁹

No âmbito do Poder Judiciário e carreiras correlatas, existe um elemento que se soma a essas visões anacrônicas da mulher-sujeito, juíza, advogada, promotora, procuradora, ministra e servidora pública. Trata-se da valorização da tradição, associada a ritos específicos e à sobriedade exigida no vestuário dos que atuam nesse universo. A exigência quanto a trajes atinge o limite mais obviamente questionável de se estender a visitantes e, muitas vezes, jurisdicionados.

Os chinelos da humildade e a gravata da discórdia

A experiência do trabalhador rural Joanir Pereira com a Justiça correu o país. Na ocasião, o juiz trabalhista se recusou a realizar a audiência “tendo em vista que o reclamante compareceu em Juízo trajando chinelo de dedos, calçado incompatível com a dignidade do Poder Judiciário”.⁷⁰ O caso se deu em 2007 no interior do Paraná.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Anamatra, se apressou em tornar pública manifestação de repúdio à atitude do juiz. Segundo o então presidente da entidade, Claudio Montesso, “a decisão é fruto de uma cultura anacrônica que ainda permeia o Judiciário, onde aquilo que se veste ainda é valorizado”.⁷¹ O argumento de que se trata de uma postura antiquada, “anacrônica”, do juiz centra a discussão no campo da diferenciação social, afastando-a do debate da ocorrência de lesão a direitos.

A Ordem dos Advogados do Paraná também se manifestou, aludindo às condições climáticas locais como fundamento que deveria levar a maior tolerância com o trajar-se. “Num país tropical como o Brasil, uma decisão como essa no âmbito da Justiça é absurda. Um fato como esse deve entrar para os registros das aberrações jurídicas”, palavras do então presidente da OAB-PR, Alberto de Paula Machado.⁷²

⁶⁸ Também publicado pela Revista Veja, na mesma seção e data.

⁶⁹ Publicado pela Folha de S. Paulo em 23 de março de 2006.

⁷⁰ Trecho da decisão proferida pelo juiz Bento Luiz de Azambuja Moreira, da 3ª Vara do Trabalho do município de Cascavel (PR). A íntegra pode ser conferida no Anexo III.

⁷¹ Matéria publicada no site Espaço Vital em 22/6/2007 intitulada “Anamatra também lamenta decisão de juiz do Paraná que cancelou audiência porque reclamante usava chinelos”.

⁷² Matéria publicada no site Espaço Vital em 22/6/2007, intitulada “OAB e Amatra-9 criticam juiz que cancelou audiência por causa de par de chinelos”.

A Subseção de Cascavel da OAB, por meio de seu então presidente, Luciano Braga Côrtes, considerou que “o exagero se configura à medida em que a formalidade prevalece sobre o direito” e afirmou que o magistrado teria o hábito de atrasar a pauta de julgamentos em decorrência dos trajes das pessoas que compareciam às audiências. Por fim, o então presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região, José Mário Kohler, alegou que a maioria dos juízes do trabalho não suspende audiências em razão da roupa do jurisdicionado e observou, numa inovação terminológica um tanto obscura, que o juiz tem de agir com “bom senso judiciário”.⁷³

O caso não foi resolvido com um mero desagravo. Levou o poder público ao banco dos réus. Em março de 2011, a juíza Marize Cecília Winkler, da 2ª Vara Federal de Cascavel (PR), condenou a União a indenizar o trabalhador em R\$ 10 mil pelos danos morais sofridos. Na defesa do juiz, a União procura afastar a ocorrência de discriminação ou perseguição ao lavrador sob o argumento de que “não só essa, mas diversas outras audiências foram adiadas pelo magistrado em razão de as partes estarem trajando vestimentas inadequadas, o que comprova que o Dr. Bento não considerou o autor indigno, mas sim considerou o calçado que ele utilizava inapropriado.” (grifei). Segundo Joanir Pereira, no depoimento prestado em juízo, o magistrado o expulsara ensinando que “ali não era campo de futebol nem barco para vir de chinelo de dedo”. Ao se pronunciar sobre o caso, o juiz teria dito à imprensa que não pensou que a atitude fosse uma ofensa. E comparou um ritual de julgamento a outro ritual, o do casamento: “mas pensei que devemos manter o decoro em uma audiência. Em um casamento, por exemplo, você vai vestido adequadamente”. (grifei)⁷⁴

O desfecho: marcou-se uma segunda audiência, a que o trabalhador compareceu portando sapatos emprestados do sogro. O juiz, na ocasião, ofereceu-lhe um par de sapatos novos. Joanir recusou. Em 2013, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região entendeu que houve, sim, lesão a direitos, por ser “incontestável que o demandante é pessoa simples, de poucos recursos” e manteve a decisão de primeira instância. Joanir recebeu os R\$ 10 mil de indenização.⁷⁵

⁷³ Da mesma matéria publicada no site Espaço Vital em 22/6/2007, intitulada “OAB e Amatra-9 criticam juiz que cancelou audiência por causa de par de chinelos”.

⁷⁴ A declaração está na matéria publicada no Conjur em 16/5/2008 intitulada “CNJ vai analisar caso de juiz que proibiu chinelos em audiência”.

⁷⁵ Processo 2009.70.05.002473-0. “Indenização para trabalhador que, calçando chinelos, foi barrado em audiência. Caso ocorrido na Justiça do Trabalho em Cascavel (PR) tem sentença que condena a União. Operário receberá R\$ 10 mil como reparação pelo dano moral sofrido.”, publicada no site JusBrasil em 3/3/2011. A decisão do TRF-4 foi publicada no site Última Instância em 2/4/2013 sob o título “União terá que indenizar trabalhador impedido de entrar em audiência por usar camiseta regata”.

Joanir não queria sapatos novos, queria resolver um problema trabalhista. O fato de o juiz ter-lhe oferecido sapatos de presente realça a forma como as relações de dignidade e decoro se dão num contexto de déficit de cidadania. Segundo Cardoso de Oliveira, sempre que encontrarmos um desequilíbrio entre os princípios de justiça e solidariedade, ou entre o respeito aos direitos formais e a consideração à pessoa do cidadão, estaremos diante de situação de déficit de cidadania⁷⁶.

No caso em tela, o ato de desconsideração do juiz teve como consequência o desrespeito aos direitos do lavrador. O juiz não hesitou em querer fazer prevalecer sua subjetividade sobre o que considera ser decoro mas defendeu-se de ter ofendido a dignidade do trabalhador. Parece haver aí uma percepção reificada de dignidade, que ignora por completo se tratar de uma relação dialógica. Como poderia dizer o juiz que não ofendeu a dignidade de Joanir, sem que o próprio ofendido diga, ele mesmo, se foi ofendido?

Ora, ensina Cardoso de Oliveira que “a noção de *dignidade* é uma categoria cuja atualidade nas interações sociais supõe o reconhecimento recíproco entre as partes, ou a existência de uma situação de mutualidade entre elas”⁷⁷. Não há mutualidade numa relação autoritária de dignidade imposta. O modo como a instituição judiciária tratou essa ofensa apenas reforça a percepção dessa imposição, ao apontar para uma tutela em que a parte é alçada à condição de hipossuficiente não apenas econômico, mas simbólico – condição em razão da qual a parte não seria capaz de saber o que é bom para si mesma.

O caso provocou ainda reação por parte de colegas de outros ramos da Justiça. Logo na semana posterior ao ocorrido em Cascavel, em 2007, a juíza Zilmene Gomide da Silva Manzoli, do 2º Tribunal do Júri de Goiânia (GO), autorizou um réu a usar boné durante a sessão de julgamento, em protesto contra a postura do juiz trabalhista. Para ela, não teria havido desrespeito do trabalhador que calçava chinelos porque ele agia “de acordo com suas possibilidades”.⁷⁸ Mas essa tensão entre pares apenas confirma, na realidade, que é a eles individualmente que cabe, no âmbito do ritual do julgamento, a definição sobre o que é indecoroso, sobre o que é indigno.

De toda forma, a enfática reação de entidades e associações e de colegas magistrados, além da jurisprudência inaugurada com a decisão que determinou a indenização por danos morais a Joanir, pareciam apontar para um novo posicionamento do Poder Judiciário em relação à controvérsia entre vestimenta e acesso à Justiça. Mas os juízes têm

⁷⁶ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996:67-81.

⁷⁷ Ibid., p. 79.

⁷⁸ CONJUR, “Juíza autoriza réu a usar boné em protesto contra colega”, publicada em 26/6/2007.

autonomia. Têm autoridade. E muitos gostam de firmar posição. Três meses depois da decisão de primeira instância que concedeu a indenização a Joanir, em julho de 2011, o mesmo magistrado, Bento de Azambuja Pereira, agora respondendo pela 1ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu (PR), mandou o pedreiro Cristiano Angelo voltar para casa porque estava de bermuda. Na ata da audiência adiada, o juiz fez consignar que

(...) tendo em vista a regra do artigo 445, inciso I, do CPC, que confere ao juiz o poder de polícia em manter o decoro na sala de audiências, e ainda, considerando que o reclamante compareceu a esta audiência trajando bermudas, entende este juiz do Trabalho que o traje não se coaduna com a realização de um ato formal dentro de uma sala de audiências do Poder Judiciário.⁷⁹

E que, por essa razão, prossegue a ata, “o Juízo convida o reclamante a se retirar da sala de audiências”. A seccional local da OAB resolveu dotar a sala de apoio do fórum com um traje composto por calça, camisa com mangas e tênis para socorrer os desprevenidos, num gesto simbólico de igualar os desiguais, na igualdade idealizada por Rui Barbosa. As peças ficam guardadas num armário. No mais, o caso da bermuda não teve tanta repercussão quanto o dos chinelos. É possível que a opinião pública considere mais razoável a exigência de se cobrir as canelas para ver um juiz do que a de vestir os pés.

A falta – ou excesso – de “bom senso judiciário” não atinge somente justiciáveis. Advogados também têm embates ao arriscar aplicar o bom senso comum em seu dia a dia nos tribunais. Não obstante o Estatuto da OAB dispor que compete privativamente ao Conselho Seccional “determinar, com exclusividade, critérios para o traje dos advogados, no exercício profissional”,⁸⁰ perdura há anos um embate entre a Ordem e o CNJ, que decidiu caber aos tribunais regular os trajes a serem exigidos dentro das instalações do Judiciário.⁸¹ A reivindicação de autonomia indumentária da OAB foi parar no CNJ a partir de um caso concreto: a prática de advogados no Rio de Janeiro de dispensar o uso de terno e gravata nos meses em que a temperatura ultrapassa facilmente os 40°C. Os causídicos vinham adotando trajes mais arejados devidamente amparados em resoluções da seccional fluminense. A fala é de um advogado:

Decoro e austeridade são as palavras-chave que ditam a moda para juízes, servidores e advogados. Para estes últimos, a gravata é quase uma imposição profissional – no

⁷⁹ Processo 01569.2011.095.09.00.1. A íntegra desta Ata de Audiência está no Anexo IV.

⁸⁰ Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994, art. 58, XI.

⁸¹ A decisão é de junho de 2011 e está registrada no site do CNJ na matéria intitulada “CNJ nega provimento a recurso da OAB sobre trajes de advogados”.

mais das vezes, o cliente espera ver seu advogado firmemente amarrado pelo pescoço, por mais quente que esteja o dia e por mais horrível que o acessório seja.

A gravata não é obrigatória – é apenas um símbolo, um sinal distintivo dos causídicos. Além disso, a gravata não empresta mais preparo jurídico ou dignidade moral a seu portador: *barba non facit philosophum* (a barba não faz o filósofo). Todos sabem o que são capazes de fazer alguns cidadãos engravatados.⁸²

Reafirmando a abstenção quanto à possibilidade de normatizar uniformemente – ou desnortatizar – a vestimenta das dependências de órgãos da Justiça, o CNJ também referendou a proibição do Fórum de Vilhena, em Rondônia, da entrada de pessoas trajando calção, shorts e bermudões, bonés e chapéus, como também roupas excessivamente curtas, decotes acentuados, que exponham a região abdominal, ou ainda “partes do corpo que, por costume, não ficam à mostra”.⁸³

Em outro caso envolvendo a advocacia, nem o armário de emergência do fórum de Foz do Iguaçu salvaria este profissional em Minas Gerais. A juíza da 3ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora Martha Halfeld de Mendonça Schmidt – novamente a justiça do trabalho – o impediu de se sentar à mesa de audiências, permitindo apenas a presença dele dentro da sala, uma vez que não usava nem gravata nem a beca ritual.⁸⁴

O advogado, claro, ajuizou pedido de indenização por danos morais contra a União, que foi julgado parcialmente procedente. O juiz federal que analisou o caso ressaltou que os advogados portam vestes formais por tradição. Entretanto, “embora incorporado à rotina forense e afeto ao tradicionalismo dos Tribunais, o uso do paletó e gravata não tem obrigatoriedade imposta na lei, e nem sequer em ato regulamentar expedido pelo TRT da 3ª Região”; não pode, portanto, ser exigido pelo magistrado. Por outro lado, quis o juiz do caso registrar que tampouco é favorável ao abandono dessa tradição. Deixou consignado em sua decisão que “não significa, porém, que não se deve reprimir a banalização, ou seja, o uso daquelas vestes notoriamente inadequadas e incompatíveis com o decoro, o respeito e a imagem do Poder Judiciário e da própria Advocacia.”⁸⁵

⁸² MARINS, James. “Justiça entre chinelos e gravatas”, artigo publicado no site do jornal Gazeta do Povo em 14/12/2012. James Marins é advogado, doutor pela PUC-SP e Pós-Doutor em Direito do Estado pela Universidade de Barcelona (ES).

⁸³ Procedimento de Controle Administrativo (PCA) 200910000001233. Mais sobre este caso na matéria do site Migalhas, “O que vestir ? - CNJ considera legal norma que define traje para entrar na Comarca de Vilhena/RO”, publicada em 13/5/2009, e no artigo de James MARINS, “Justiça entre chinelos e gravatas”, publicado no site do jornal Gazeta do Povo em 14/12/2012.

⁸⁴ A beca é uma toga simplificada, destinada aos advogados e membros do Ministério Público durante as sessões e audiências. O uso da toga e de outras vestes rituais será abordado no próximo capítulo.

⁸⁵ Processo 2009.38.01.706754-3. Ver também a matéria “Juíza de MG impede advogado de sentar-se à mesa por não estar de beca ou gravata”, publicada no site Migalhas em 27/9/2010. A íntegra da decisão que determinou a indenização ao advogado está no Anexo V.

Nem só os jurisdicionados, nem só o setor privado do universo judiciário; o formalismo do traje também gera constrangimentos aos advogados públicos. Em setembro de 2009, o juiz Newton Fladstone Barbosa de Moura, da 8ª Vara da Seção Judiciária de Mossoró, no Rio Grande do Norte, impediu o procurador federal Raimundo Márcio Ribeiro Lima de usar a palavra na audiência sob o argumento de que ele estava sem terno e gravata. A Advocacia-Geral da União conseguiu a anulação dessa audiência.⁸⁶ Aqui, o desfecho foi um pouco diferente – gerou de imediato a anulação do ato – possivelmente porque o ator coagido era, também, uma autoridade pública.

Voltemos ao caso inicial, dos chinelos. Os argumentos dos magistrados ao deferir e confirmar a indenização e o da juíza que protestou acolhendo o réu de boné podem ser simplificados da seguinte maneira: o trabalhador não portava sapatos porque não tinha condição de adquiri-los. *Contrario sensu*, se o trabalhador tivesse condições de adquirir um sapato, estaria ofendendo o Poder Judiciário ao se permitir usar chinelos, em atitude de desdém à autoridade do Poder.

Assim, o que se discutiu no caso foi a lesão a direito representada pelo ato do juiz trabalhista em função da condição econômica do jurisdicionado, em ofensa ao princípio constitucional do amplo acesso à Justiça. O foco da polêmica se afastou, assim, da razão objetiva que ampararia a necessidade de jurisdicionados se trajarem com elegância ao adentrar dependências públicas ou ao ter contato com as autoridades da Justiça para se subscrever à hipossuficiência econômica da parte.

A questão seria até que ponto um determinado traje pode significar um desrespeito objetivo à instituição, o que dependerá sempre de uma análise contextual. A pretensa inadequação de um traje tem amparo na medida em que esse traje signifique uma atitude de desacato, noção que precisa encontrar respaldo nas práticas sociais vigentes. Se não se identifica o desacato – que também pressupõe intencionalidade –, a imposição de determinado traje é autoritária. Quanto à indumentária regulamentada do ritual judicial, o que se verifica é a absoluta autonomia do juiz para, ao presidir o julgamento, determinar o que é e o que não é desacato.

Por outro lado, nos casos dos advogados, privado e público, o que prevaleceu foi a alegação de uma ofensa à imagem do Poder Judiciário, ao decoro, à solenidade, à tradição. Aqui, trata-se de uma interferência direta nas regras não escritas do ritual do julgamento. Porém, ao deferir a indenização ao advogado, o juiz precisou recorrer ao argumento da

⁸⁶ Mais detalhes sobre o caso podem ser conferidos na matéria publicada no Conjur em 5/3/2010 “Anulada audiência em que procurador não fez defesa”.

legalidade para afirmar que, não havendo lei a obrigar o uso da gravata, não poderia o Judiciário fazê-lo. Mas não se furtou a defender a importância da tradição e do uso de vestes “adequadas” e “compatíveis” com a imagem que a Justiça tem de si, num ato de preservação de uma autoridade que pretende ter um mérito intrínseco a legitimá-la, num argumento de autoridade disfarçado de argumento de mérito.

Mas em que consiste essa elegância, adequação ou compatibilidade do vestuário com a “dignidade” do Poder Judiciário (inscrita no art. 125 do Código de Processo Civil) e com o “decoro na audiência” (salvaguardado pelo art. 445)? Como pertence ao domínio do “bom senso judiciário”, nos dias de hoje seria impensável a possibilidade de uma lei suntuária que formalmente proibisse este ou aquele traje, adereço, cor ou tipo de tecido.

Facultado o uso de calças, salvo jeans e coton-lycra

Seria?

Ainda que em geral não respondam objetivamente a essa indagação, tribunais costumam, sim, regular o uso de vestuário para homens e mulheres servidores públicos e prestadores de serviço. E, em alguns casos, para qualquer pessoa que ingresse nas dependências da Corte, o que inclui advogados e visitantes.

É paradigmático o tratamento dispensado ao tema pelos tribunais superiores e pelo STF. De modo geral, nota-se que a preocupação dos normativos em relação aos homens centra-se especialmente na falta de “dignidade” das vestes humildes frente à soberba, digo, solenidade, do Poder Judiciário; quanto às mulheres, sobressai o foco sexista do decoro.

O Supremo Tribunal Federal adota a prática de impedir o acesso ao Plenário de pessoas que não estejam trajadas “adequadamente”. Para homens, é dizer terno e gravata. Mulheres não têm autorização de entrada se não portarem vestido ou saia e blazer ou ainda terno – calça social e blazer. Aqui se trata, no entanto, de tradição. O normativo que regula vestimentas afirma apenas – não obstante seja categórico – que “não são permitidos, a qualquer título, o ingresso e a permanência nas dependências do Tribunal de pessoas com trajes em desacordo com o cerimonial, a formalidade e o caráter solene da Corte, ou que sejam atentatórios ao decoro” (grifei).⁸⁷ Inclui, ainda, uma obrigação no Código de Ética dos Servidores referente a trajes, que se limita a dispor como “dever fundamental” do servidor do

⁸⁷ OS 11/99, art. 16. Publicada no Boletim de Serviço Nº 562, em 1/7/1999.

STF “apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas”,⁸⁸ restando ao funcionário esse juízo de adequabilidade.

O Código de Ética do Tribunal Superior do Trabalho faz um circunlóquio para tentar esclarecer o que aquela Corte entende por “vestimentas adequadas”, sem, no entanto, ser de muito consolo aos funcionários eventualmente ciosos de cumprir a regra à risca. Afirma que é dever do servidor “apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício do cargo ou função, evitando o uso de vestuário e adereços que comprometam a boa apresentação pessoal, a imagem institucional ou a neutralidade profissional”.⁸⁹

O TST tem, no entanto, outra norma, esta mais objetiva a determinar a “boa apresentação pessoal”:

Art. 4º. O ingresso e a permanência nas dependências dos edifícios do Tribunal serão permitidos somente às pessoas que se apresentarem com correção, asseio, convenientemente trajadas, portando o respectivo crachá de identificação ou etiqueta auto-adesiva, ficando vedado o uso de bermudas e camisetas cavadas.

§ 1º Os servidores do sexo masculino usarão, de preferência, calça, paletó ou blazer, camisa e gravata.

§ 2º Às servidoras será facultado, também, o uso de calça social e blusa.

§ 3º Não será admitida a entrada no Tribunal de servidores trajando peças sumárias (shorts, bermudas, miniblusas, microssaias, roupas transparentes e congêneres), ou calçando tênis, chinelos ou similares.

§ 4º Aos servidores que executam atividades nas áreas médica e odontológica, de projetos, de manutenção em geral, de instalação de equipamentos, de correspondência e arquivo, de almoxarifado e de patrimônio, será facultado o uso de jaleco.

§ 5º Os servidores que executam atividades nas sessões do Tribunal, ou a elas comparecerem a serviço, usarão, também, capa.⁹⁰ (grifei)

Da análise do normativo do TST, conclui-se pela preocupação do órgão em ser específico quanto aos trajes inconvenientes. Não exige, entretanto, o uso de paletó e gravata para homens, apenas recomenda, mas infere como natural o uso de vestido ou saia para mulheres ao “facultar-lhes” o uso de calça. Outro aspecto de relevo é a especificidade em relação ao mini, ou ao microtamanho das peças femininas proibidas. Quanto aos funcionários que tomam parte no ritual do julgamento, estes são obrigados a usar o devido traje ritual.⁹¹

⁸⁸ Resolução 246, de 18 dezembro de 2002. Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, em 23/12/2002.

⁸⁹ Ato Nº 438/GDGSET.GP, de 15 de setembro de 2010, art. 5º, X.

⁹⁰ Ato SRG.GP.Nº 305 de 13/09/1999. Publicado no Boletim Interno nº 37 de 17/09/1999.

⁹¹ A capa é uma toga simplificada, adequada ao papel lateral que exercem os funcionários, auxiliando os juízes em sua função durante a audiência ou sessão. O uso da toga e de outras vestes rituais será abordado no próximo capítulo.

No Tribunal Superior Eleitoral, ao contrário, o normativo é incisivo ao exigir “traje passeio completo” de seus servidores homens:

Art. 1º Os servidores que exerçam suas atividades nas dependências do Tribunal Superior Eleitoral devem trajar-se convenientemente, observados o decoro, o respeito e a austeridade do Poder Judiciário.

Art. 2º Os servidores do sexo masculino usarão traje passeio completo – calça, paletó ou blazer, camisa e gravata – sendo permitido no recinto das Secretarias que trabalhem sem o paletó ou blazer.

Art. 3º Às servidoras será facultado o uso de vestido, saia ou calça social e blusa.

Art. 4º Não será admitida a entrada no Tribunal de servidores do sexo feminino trajando peças sumárias, tais como: shorts, bermudas, miniblusas, micro-saias, bem como calças jeans ou colantes de lycra, coton-lycra ou similares, e calçando tênis, chinelos ou similares.

Art. 5º Aos servidores do sexo masculino não será permitida a entrada no Tribunal trajando calça jeans e calçando tênis, chinelos, sandálias ou similares.⁹² (grifei)

Ainda que não haja a inferência de que o convencional para mulheres é o uso de saia ou vestido, já que estes são mencionados na norma ao lado da calça social, a preocupação com peças interditas é esdruxulamente maior com os trajes das mulheres em relação aos dos homens. O normativo se deu ao trabalho de listar fartos exemplos de peças femininas sumárias, chegando a proibir tecidos considerados indecorosos. Por outro lado, chama a atenção dos homens apenas para o jeans e os calçados.

Ato do Superior Tribunal de Justiça⁹³ traz disposições idênticas ao do TSE quanto a vestuário dos servidores. Por sua vez, a portaria do STJ que regula o acesso ao tribunal veda o ingresso à pessoa que “não esteja trajada segundo as normas internas e o decoro exigido pelo Poder Judiciário”,⁹⁴ sem mais especificações destinadas aos visitantes. Já o Superior Tribunal Militar – de quem se esperaria mais rigor no tratamento do vestuário – é o mais lacônico dos tribunais superiores. Quanto a seus servidores, dispõe no Código de Ética ser dever do funcionário “apresentar-se para o trabalho adequadamente trajado”,⁹⁵ sem mais detalhes.

Uma tentativa de síntese sugere um aparente contrassenso. É sabido que a justiça do trabalho é, de todas, a mais informal, tendo mesmo a infomalidade status de princípio. Por outro lado, a justiça militar é a que corresponde a um grupo social mais fechado, hierarquizado, formal; raramente tem de lidar com o jurisdicionado comum.

⁹² Ordem de Serviço n. 141/97 da Diretoria Geral do TSE.

⁹³ Ato n. 113, de 20 de junho de 1997.

⁹⁴ Portaria n. 121, de 15 de maio de 2009.

⁹⁵ É a disposição do art. 6º, XI. SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 2009, p. 6.

Coincidentemente, os episódios dos chinelos e da beca do advogado se deram na justiça laboral. Em paralelo a essa constatação, o código de vestimenta do TST, ao lado do código do TSE, é o mais rigoroso dentre os normativos dos tribunais superiores. É possível que a informalidade da justiça do trabalho dê mais margem ao que magistrados acabam por considerar abusos na liberdade dos trajes. Também é possível que a justiça militar não necessite regulamentar os trajes nem registre tensões dessa natureza simplesmente porque tais “abusos” não ocorrem.

Normativos semelhantes aos das cortes superiores são replicados nos diversos tribunais pelo país. É possível, em alguns casos, acompanhar o abrandamento progressivo da incisividade proibitiva no tocante à regulação de vestuário. O Tribunal de Justiça de Rondônia, por exemplo, dispunha na norma de 1986 a proibição “terminante” a servidores e funcionários do uso de “mini-saias, bermudas, shorts, camisetas cavadas, roupas frente única, sem alça ou excessivamente decotada” e a determinação do uso de vestido ou saia pelas mulheres.⁹⁶ Em 1992, a proibição explícita do uso de roupas frente única e minissaias foi substituída pela exigência do uso de “trajes que se compatibilizem com a sobriedade que caracteriza o Poder Judiciário”. Também passou a ser permitido às mulheres o uso de “calças compridas de estilo clássico ou pantalone, vedado o uso de calça jeans e tênis”.⁹⁷

O tratamento dado ao tema não encontra uniformidade nem no âmbito de um mesmo tribunal. Segundo a etnografia de Lupetti Batista demonstrou, há câmaras cíveis no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que permitem o uso de jeans, mas proíbem o tênis. Outras admitem ambos. Outras ainda só aceitam a entrada de pessoas com trajes sociais, outras exigem trajes mais formais, o que inclui terno e gravata para homens, incluindo meros espectadores. E há as câmaras que emprestam ternos para que as partes possam ter seus processos apreciados. A pesquisadora relata que, numa ocasião em que, na condição de advogada, deveria realizar uma sustentação oral no tribunal e convidou o marido para assistir, passou pelo constrangimento de vê-lo sendo convidado a se retirar porque trajava calça jeans e camisa social, o que foi considerado inadequado.⁹⁸

Tantas normas a regular o vestir nos tribunais tentam driblar essa incerteza do que é adequado ou inadequado para o bom senso judiciário. Ainda que elas possam parecer anacrônicas, o problema para o qual apontam não ficou no passado. Em 2012, na cidade de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, o juiz diretor interino do fórum publicou um conjunto de

⁹⁶ Ordem de Serviço n. 004/86-PR.

⁹⁷ Ordem de Serviço n. 005/92-PR.

⁹⁸ LUPETTI BATISTA, 2008:261-262.

regras segundo as quais os laços de cabelos e a maquiagem das servidoras deveriam ser discretos. Ficaram proibidas bermudas, regatas, microssaias, roupas de ginástica, bonés e chinelos. Nas audiências, servidores e estagiários só poderiam vestir camisetas de uma única cor, sem estampa ou inscrições. As proibições e orientações se estendiam a parentes e amigos de servidores em visita ao fórum. O normativo causou polêmica e foi colocado em votação. Acabou derrubado pelos servidores por 23 votos a 13.⁹⁹

Ao contrário do que se poderia imaginar, os magistrados que regulam trajes para seus servidores, para visitantes e até para advogados também o fazem para si próprios. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região, por exemplo, estabelece:

DO TRAJE OFICIAL

Art. 160. Os Juizes Federais poderão usar, como traje oficial, a toga nos atos, sessões solenes e nas audiências, a qual obedecerá aos modelos aprovados pelo Conselho da Justiça Federal.

Art. 161. Os Magistrados deverão comparecer à Subseção, quando no exercício da jurisdição, adequadamente vestidos: traje passeio completo.¹⁰⁰ (grifei)

Note-se, neste caso, que a toga aparece como facultativa, o que não se repete necessariamente nas regras de outros tribunais.¹⁰¹ Não há menção específica para mulheres mas, na prática, quando se trata de juízas e outras carreiras jurídicas, a exigência costuma ser implícita, sem ser por isso menos severa. Rennê Martins Barbalho lembra o caso da juíza Maria Lúcia Pizzotti Mendes que é “sorridente e extrovertida”, que “gosta de usar roupas coloridas” e que ‘vestia calça para ir ao Tribunal mesmo quando isso era proibido às mulheres’”, comportamentos que lhe trouxeram problemas e enfrentamentos.¹⁰²

A própria liberação do uso de calças a mulheres em tribunais levou mais tempo do que feministas considerariam razoável. Em São Paulo, o Conselho Superior da Magistratura derrubou a exigência de saia ou vestido em 2000,¹⁰³ mesmo ano em que o uso de calças foi permitido no STF e no STJ¹⁰⁴ e em que a primeira mulher, Ellen Gracie, chegou à suprema corte. A ministra Ellen Gracie, no entanto, preferiu não inovar na “moda” jurídica. “Ainda me

⁹⁹ Mais detalhes nas notícias publicadas em 13/7/2012 no Zero Hora, “Restrição a roupas e hábitos de servidores e estagiários causa polêmica no Fórum de Rio Pardo”, e no G1, “Revogadas restrições ao modo de vestir no Fórum de Rio Pardo, RS”.

¹⁰⁰ TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO – CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL, 2008, p. 59.

¹⁰¹ A toga e sua obrigatoriedade serão objeto do próximo capítulo.

¹⁰² BARBALHO, 2008:44.

¹⁰³ *ibid.*, p. 28.

¹⁰⁴ No STJ, a permissão do uso de calças a mulheres está registrada na Ata da Sessão do Plenário de 17 de maio de 2000. Consigna-se que a decisão resultou de uma proposição da OAB, acolhida na data pelo Tribunal.

apego a códigos *démodés*", afirmou durante entrevista.¹⁰⁵ A calça teve que esperar até 2007 para ser legitimada pela ministra do STF Cármen Lúcia como peça de vestuário compatível com a sobriedade, o decoro e a dignidade do Poder Judiciário.

Estaria o Estado laico brasileiro ainda apegado ao versículo bíblico que prega que “a mulher não usará roupa de homem, nem o homem veste peculiar à mulher; porque qualquer que faz tais coisas é abominável ao Senhor, teu Deus”?¹⁰⁶ Ou seria o campo da aparência fértil em formas, algumas sutis, outras nem tanto, de demarcação de poder? Neste caso, perpetuar distinções visíveis entre “feminino” e “masculino” não seria uma maneira de afirmar valores associados a essas duas construções?

Associam-se ao masculino valores tais o autocontrole, a determinação, a racionalidade, o domínio das situações, o pensamento analítico. Ao contrário, ao feminino em geral é atribuída a emotividade e intuição.

Enquanto a juíza julga de forma mais ampla, emotiva e intuitiva, o juiz tende a proferir um julgamento de forma mais dogmática e conservadora. A magistrada é mais humanista enquanto o magistrado é mais formalista, as juízas também possuem maior facilidade para desconsiderar os percalços da profissão, já os juizes removem por mais tempo os afrontamentos decorrentes do desempenho da magistratura.¹⁰⁷

As crenças quanto ao que significa ser “juiz” e ser “juíza” não são isoladas e nem partem necessariamente de homens. Na visão da primeira magistrada do Brasil, Thereza Grisólia Tang, “no fundo, a mulher é mais severa, mais justa e mais minuciosa”.¹⁰⁸

Assim, o sujeito “mulher” se constrói no mundo jurídico a partir da dualidade entre assumir e não assumir o “feminino” socialmente pactuado. Judith Butler lembra que estruturas políticas e jurídicas produzem e regulam sujeitos que terminam por condicionar-se às exigências ditadas por essas estruturas.¹⁰⁹ A mulher que assume uma carreira jurídica é vítima do paradoxo¹¹⁰ que exige, de um lado, que ela demonstre a capacidade de ser “como um homem”, neutra e sóbria no vestir e no portar-se, e de outro, feminina, compreensiva, intuitiva e maternal no defender e no decidir. Tudo isso, de preferência, de saia, para que não haja dúvidas sobre o que esperar de sua atuação profissional e sobre o que ela deve esperar de sua carreira por ser mulher.

¹⁰⁵ Folha de S. Paulo, 16/3/2007. Matéria intitulada “Ministra do STF inova ao usar calça comprida em sessão plenária do órgão”.

¹⁰⁶ Deut. 22:5.

¹⁰⁷ CARLIN, apud RUFINO, 2011.

¹⁰⁸ Citada em entrevista realizada por Regina RUFINO, 2011.

¹⁰⁹ BUTLER, 2010:18.

¹¹⁰ BARBALHO, 2008:15.

De saia, ainda que, conforme as “leis suntuárias” dos tribunais, seja facultado o uso da calça. “Leis” que agem em sentido inverso ao original: em vez de proibir o luxo, exigem-no: trajes sociais, trajes formais. Invertem a fórmula segundo a qual súditos não podem assemelhar-se à realeza. Porém, como suas ancestrais, reforçam estereótipos de gênero ao demonstrar mais inquietação com o vestuário feminino. Reforçam igualmente a distinção econômica, ao pressupor que o jurisdicionado terá um armário de opções estilísticas a sua disposição. E, como suas ancestrais, testemunham o apego do grupo dominante à tradição e à imobilidade.

Com um adendo: nos tribunais, é preciso sobretudo preservar a imaculada imagem do Poder Judiciário e sua dignidade, ainda que ao custo da dignidade de quem supostamente deveria proteger.

4. VESTE RITUALÍSTICA: O PODER E A TRANSFIGURAÇÃO DA TOGA

– *Cerimônias ridículas!* – resmungou ainda,
mas logo ergueu um paletó da cadeira e o susteve um instante com as duas mãos,
como se o submetesse ao julgamento dos guardas.
Eles sacudiram a cabeça.
 – *Tem de ser um paletó preto* – disseram.

Kakfa, O processo

A toga, a típica indumentária romana, foi curta e feita de tecidos grosseiros em tempos primitivos. Posteriormente, passou a ser confeccionada em lã. No fim da República e no início do Império, a toga era ampla e terrivelmente complicada, de sorte que seu portador, homem nascido livre, necessitava da ajuda da esposa ou de um escravo para colocá-la.¹¹¹ A toga romana tinha quase três vezes o comprimento e cerca de duas vezes a largura de quem a usava. Para ser vestida, era dobrada ao meio e jogada por cima do ombro esquerdo, cruzava diagonalmente as costas, atravessava por baixo do braço direito e novamente era atirada por cima do ombro esquerdo. Caía em vastas pregas ao longo do corpo.¹¹²

Tertuliano, no tratado *De pallio*, diz sobre a toga que “não é uma roupa; é um fardo”.¹¹³ A magistratura romana – cargos políticos e funções públicas que incluíam a função de julgar – exibia, com a toga, a faixa púrpura que simbolizava poder e elevava seu “fardo” a outras dimensões.

A partir do século II, os romanos foram abandonando a toga como veste cotidiana. Suas dimensões e o modo de usá-la não eram compatíveis com necessidades práticas do trabalho. É verdade que, desde sua origem, a toga tem proporções suntuárias. Depois ela passou efetivamente a incorporar a solenidade de ocasiões específicas. Na Itália do século XV, segundo Köhler, “a *toghe*, uma capa que chegava aos pés e era pregueada no peito” era usada exclusivamente como traje cerimonial.¹¹⁴ À medida que se tornou veste cerimonial, incorporou também a fabricação em seda, material historicamente ligado a eventos não cotidianos e à nobreza, dado o ônus de sua produção e a qualidade de sua fibra, que lhe confere uniformidade e brilho muito próprios. De acordo com Harvey, porém, Veneza

¹¹¹ BOUCHER, 2010:99.

¹¹² KÖHLER, 2009:135.

¹¹³ apud BOUCHER, 2010:99.

¹¹⁴ KÖHLER, 2009:247.

resgatou o uso romano da toga – na rua, fizesse sol ou chuva – com uma diferença fundamental: agora a toga era negra, apropriada a “Doutores em Lei”.

Como outras cidades-Estado italianas, Veneza gostava de imaginar-se uma Nova Roma, e a longa veste usada pelos venezianos notáveis era chamada de toga – mas era uma toga negra. (...) A partir dos 25 anos, tanto os patrícios quanto os cidadãos de segunda classe deviam vestir, no inverno ou no verão, em casa e na rua, a “toga”, ou “vesta” negra. (...) Em 1498, um visitante de Milão notava que “ninguém sai à rua vestindo outro traje; é um estilo sem dúvida apropriado a pessoas sérias. Todos parecem Doutores em Lei”.¹¹⁵

Mesmo alertando para a cautela que é preciso ter ao se atribuir significados às cores, Harvey lembra que “os venezianos tinham mais reputação de deixar questões ‘no escuro’, incluindo transações entre seus próprios comitês, do que seus antecessores imperiais, que discursavam abertamente, no Senado e no fórum, envoltos em togas brancas”.¹¹⁶

A toga ritual dos Doutores em Lei

A toga foi apropriada, remodelada, ressignificada, e hoje é a metonímia mais fiel do juiz e do ato de julgar. Isso porque a história da vestimenta judiciária acompanha a da própria categoria profissional. O jurista francês Antoine Garapon lembra que, na Idade Média, o juiz usava a toga durante todo o dia e em qualquer ocasião, mesmo em casa.¹¹⁷ No Brasil dos séculos XVII e XVIII, o Regimento do Tribunal da Relação da Bahia (1609), repetido pelo Regimento da Relação do Rio de Janeiro (1751), exigia que os desembargadores não usassem roupas de cor e andassem trajando as ópas (espécie de capa preta, sem mangas) no tribunal e na cidade.¹¹⁸ Eles deveriam, assim, usar “trajos honestos e compridos, de maneira que representem os cargos que têm”.¹¹⁹ Atualmente, na França como no Brasil, o traje “honesto e comprido” é reservado para o momento da audiência, o momento do ritual.

Vale a pena explorar esta exigência feita aos primeiros juízes brasileiros: a sobriedade traduzida pela cor. Se o uso deliberado das cores no vestuário visa a certos efeitos, um dos principais é “afetar o tom emocional da vestimenta toda, pois que as cores têm um significado simbólico e podem atrair, repelir ou esposar os nossos sentimentos”.¹²⁰ E se os

¹¹⁵ HARVEY, 2003:86

¹¹⁶ Ibid., p. 90.

¹¹⁷ GARAPON, 1997:73.

¹¹⁸ Memória da Justiça Brasileira, TJBA, 1993:250, citado no artigo “Cada tribunal deve decidir qual a roupa adequada”, assinado pelo desembargador federal aposentado do TRF da 4ª Região Vladimir Passos de Freitas.

¹¹⁹ WEHLING e WEHLING, 2004:138.

¹²⁰ SOUZA, 1996:44.

significados simbólicos das cores são variados e profundamente atuantes, talvez nenhum seja tão significativo quanto o preto, a cor eleita para representar o ato de julgar.

Antes de prosseguir, cabe lembrar que nem sempre a toga judicial foi preta. Na França monárquica, a toga dos magistrados superiores era vermelha, numa alusão simbólica clara à cor e, portanto, à *longa manus* do rei. A toga negra tem, por sua vez, origem clerical.

Na época em que os actores da lei começaram a vesti-la, os clérigos estavam já submetidos ao celibato. O negro da toga, a ausência de cor, simboliza pois a indiferença perante as cores da vida. É sinónimo de abnegação, de privação e de castidade. Remete para uma ideia de força não despendida, contida e, consequentemente, disponível.¹²¹

A força disponível é a inércia do julgador, no aguardo de ser provocada.

No Brasil, a toga sempre foi, sim, preta. Isso a despeito da direta relação que guardava com a delegação real e com o status de nobreza de que os desembargadores coloniais desfrutavam, como bem ressaltam Wehling e Wehling ao lembrar que o direito penal das Ordenações igualava desembargadores e nobres “quer como réus, quer como autores, distinguindo-os do restante da população e determinando-lhes penas substancialmente mais leves, se condenados”¹²². Segundo Schwartz, empregar todos os esforços para elevar os desembargadores acima da sociedade e dar-lhes prestígio, riqueza e influência social era, na verdade, a maneira de que a autoridade real se valia para assegurar tanto a lealdade quanto a eficácia dos juízes. Isso porque um rico proprietário de terras da colônia não se submeteria a ordens de um magistrado que considerasse socialmente inferior. E, por outro lado, a obediência do juiz era fartamente recompensada. Assim, desembargadores recebiam altos salários e isenções de impostos. Alguém que caluniasse um desembargador podia ser banido e a pena para ataques físicos a um magistrado era a morte. Além disso, eles deveriam ser vistos na companhia do rei e do bispo, que lhes emprestavam reverência e temor.

Magistrados recebiam hábitos nas ordens militares, especialmente na cobiçada Ordem de Cristo. Na colônia, os desembargadores ocupavam lugares de honra em diversos acontecimentos civis e religiosos. A visão de eruditos juízes de toga preta marchando logo atrás do governador e do bispo demonstrava, simbolicamente, a união desses funcionários e a elevada posição do juiz na sociedade.¹²³

Aos sentidos da cor negra da toga clerical, que podem ser associados ao ofício do julgador, outros se somam. Como formalidade, poder, impessoalidade. “A cor negra das

¹²¹ GARAPON, 1997:81.

¹²² WEHLING e WEHLING, 2004:136.

¹²³ SCHWARTZ, 2011:149.

roupas dos homens tem a sua formalidade, por mais à vontade que eles estejam. Ela reflete posição social, define se são proprietários ou empregados; também reflete a impessoalidade do seu trabalho de perícia”.¹²⁴

A impessoalidade aqui transcende a superação de idiosincrasias ao julgar. “O preto parece ter sido a cor com a qual se enterrava a si mesmo”¹²⁵; a impessoalidade aqui é uma verdadeira anulação do “eu”, o ser humano que, investido do ônus de julgar o outro, precisa esquecer-se, incorporar a voz da justiça que – lembremo-nos – acessa a verdade real dos fatos diretamente da fonte.

Como também a austeridade e disciplina estampadas nas vestes de ordens religiosas militares como os Cavaleiros de São João, ou dos mercadores de Veneza. O rigor da autoridade e do poder solene do negro de Felipe, o Bom, duque de Borgonha, ou a imposição do medo e do respeito na Rússia de Ivan, o Terrível, e sua irmandade, os Oprichniki.¹²⁶

A cor da toga potencializa suas funções de traje profissional e traje ritualístico.

Na condição de traje profissional, a toga marca a necessidade que o grupo possui de se distinguir e o desejo de manifestar a autoridade e o poder simbólico do grupo e que, indissociável da veste, emana de si aos que a portam. Além disso, a uniformidade do traje reverte-se em uniformidade do grupo, traduzindo a unidade da instituição Justiça e mesmo sua transcendência diante da individualidade e da autonomia do juiz. “Achamos as nossas roupas, as nossas roupas nos acham: elas impedem que nos percamos”, sintetiza Harvey.¹²⁷ Transcendência também diante do tempo: as decisões judiciais vistas como uma narrativa contínua que forma, ou deveria formar, a jurisprudência estariam assim conectadas por essa continuidade uniformizada, negra e talar.

Naquela espécie de representação sacra que é o julgamento, com sua liturgia e seus paramentos, a indumentária ritual constituída pela toga e pelo barrete (pela peruca, nos tribunais ingleses) transforma os juizes, ou tem a ilusão de transformá-los, em símbolos iguais e equivalentes da mesma função, aliviados, sob o uniforme profissional, de todas as pesadas taras individuais.¹²⁸

¹²⁴ HARVEY, 2003:12.

¹²⁵ Ibid., p. 58.

¹²⁶ Ibid., p. 65;70-72;100-102.

¹²⁷ Ibid., p. 18.

¹²⁸ CALAMANDREI, 2000:313.

Pelas vestes o juiz, ou o conjunto de juízes, deixa de ser idiossincrático e passa a ser, ele, um símbolo. Polissêmico, como é típico dos símbolos, o juiz de toga assume um “duplo corpo”: “o próprio corpo do personagem que o veste e o corpo invisível do social”.¹²⁹

Ao tratar da cor preta no vestuário, Harvey assinala que ela também possui um “efeito duplo”, ao mesmo tempo universalizante e particularizante.

Acredito que o aspecto sociológico central na roupa preta dos homens é o seu efeito duplo: ele contorna ou se coloca fora das categorias estabelecidas de classe social, enquanto, ao mesmo tempo, por sua seriedade, cria imediatamente sua própria e disciplinada elite. É esse aspecto duplo que faz do uso do preto uma condição que contribui não apenas para uma afirmação estrita de poder, mas também para o movimento do poder dentro de uma sociedade.¹³⁰

Dessa forma, tanto ao particularizar diante do corpo social quanto ao universalizar no âmbito do grupo, a cor negra da toga potencializa sua condição de marca de um conjunto: de uma parte, o grupo profissional; de outra, o símbolo, a ideia de justiça.

Na condição de traje ritualístico, a toga marca a purificação que o comando do ritual reclama. A partir do instante em que a veste, o juiz deixa seu universo profano e penetra num lugar atemporal. Não sem a devida proteção, que a mesma veste, ao iniciá-lo no momento ritual, lhe confere. Afinal, “o uso da violência legítima não suja as mãos de quem a exerce, visto esse uso ser autorizado pelo ritual”.¹³¹ Violência perpetrada por uma instituição vestida de negro, a cor que, dos muito valores que possui, o “mais reconhecido e fundamental ainda é sua associação com a escuridão e com a noite, e com o imaginário natural e antigo que conecta noite e morte”¹³². Morte que pode ser simbólica, o castigo que espia a noite e possibilita a chegada de outro dia.

Garapon identifica ainda a função institucionalizante da toga, já que portá-la significa dar voz à instituição. Nesse sentido, a toga seria uma espécie de máscara ritual.¹³³ Máscara que, contudo, escamoteia a arbitrariedade que o processo permite à decisão judicial.

Mas essa maneira de esconder o juiz não é um pouco falsa? Não esconde a toga ao público, ao mesmo tempo que dissimula os contornos do corpo do juiz, os contornos psíquicos do homem que proferiu a decisão? Ao mascarar os elementos que tomam parte na decisão, a toga contribui para a mistificação da justiça.¹³⁴

¹²⁹ GARAPON, 1997:85.

¹³⁰ HARVEY, 2003:307.

¹³¹ Ibid., p.85.

¹³² Ibid., p. 53.

¹³³ GARAPON, 1997:86.

¹³⁴ Ibid., p. 87.

Tantos valores simbólicos resultam que em muitos lugares a vestimenta ritual da Justiça é objeto de normatização do grupo, no que parece ser uma tentativa de controlar e alimentar esses valores. A Ordem dos Advogados de Portugal regulamenta o “trajo” e a “insígnia profissional” dispondo a obrigação do uso da toga tanto para o advogado quanto para o estagiário.

REGULAMENTO DO TRAJO E INSÍGNIA PROFISSIONAL

Artigo 1.º Trajo profissional

O trajo profissional do advogado e do advogado estagiário compõe-se da toga e do barrete.

Artigo 2.º Toga

A toga, de cor preta, terá a forma do modelo publicado em anexo, que é parte integrante do presente Regulamento.

Artigo 3.º Barrete

O barrete é também preto, de formato octogonal, com 11 centímetros de altura e uma cercadura de veludo, de 3 centímetros, sobreposta de outra de cetim carmesim, de 1 centímetro, ambas na base da copa, tudo conforme o modelo publicado em anexo.

Artigo 4.º Uso do trajo

É obrigatório para o advogado e para o advogado estagiário, quando pleiteiem oralmente, o uso da toga, e facultativo, o do barrete.¹³⁵ (grifei)

Em outro país de tradição lusófona, Moçambique, a toga também é obrigatória para advogados e estagiários durante a sustentação oral e em determinadas cerimônias. Seu uso ritual é reforçado na medida em que, fora desses momentos específicos e solenes, portar a toga é expressamente proibido e sujeita o profissional a procedimento disciplinar.¹³⁶

No Brasil não existe uniformidade no tratamento da questão. O Estatuto da Ordem dos Advogados (Lei 8.906/1994) não se refere à beca, tampouco à obrigação de trajar-se adequadamente. Mas dispõe que é direito do advogado “usar os símbolos privativos da profissão de advogado” (art. 7º, XVIII), sem, no entanto, explicitar quais são esses símbolos. Analogamente, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/1993) estatui a prerrogativa de seus membros de “usar as vestes talaras e as insígnias privativas do Ministério Público”, além de “tomar assento à direita dos Juízes de primeira instância ou do Presidente do Tribunal, Câmara ou Turma” (art. 41, X e XI).

¹³⁵ Regulamento do Trajo e Insígnia Profissional, n.º 31/ 2006, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 81 de 26 de Abril de 2006.

¹³⁶ Deliberação nº 3/97.

De outro lado, a Lei Orgânica da Magistratura (Lei Complementar nº 35/1979) silencia tanto a trajes quanto a símbolos.¹³⁷ Na primeira instância, porém, a Lei 5.010/66 é taxativa: “Art. 31. Os Juízes usarão toga durante as audiências.”. É possível que essa previsão da lei da primeira instância como dever dos juízes não se repita nos outros dois normativos por ser a primeira mais antiga. Já nos estatutos dos advogados e do Ministério Público, o uso de símbolos ou vestes simbólicas tem status radicalmente distinto: é um direito, uma prerrogativa. O curioso é que, na prática, o uso da toga na primeira instância é raro, ao passo que a ascensão às instâncias superiores importa em seu uso generalizado e ritualizado.

A tradição pátria, ao contrário de sua origem portuguesa, determina que a toga se destina aos magistrados; a beca, a advogados, defensores públicos e Ministério Público; e a capa, aos serventuários que auxiliam os trabalhos dos juízes durante a sessão. A cor é sempre a negra; os detalhes da confecção de cada peça hierarquizam-se, do mais complexo ao mais simples, na ordem toga-beca-capas.

Quanto à toga em si, existe de dois tipos, o que se observa facilmente acompanhando dois tipos de sessão da suprema corte do país. Nas sessões de julgamento, a toga é uma capa preta atada pelos braços dos ministros e que cai em drapeados por seus ombros até o chão. Nas sessões solenes, como as de posse, os ministros usam uma toga especial, que precisa ser vestida pela cabeça e é ajustada ao corpo por uma cinta grossa. O Regimento Interno do STF diferencia os dois tipos sem mencionar o termo “toga”. São elas, respectivamente, “capa” e “vestes talares”.

Art. 16. Os Ministros têm as prerrogativas, garantias, direitos e incompatibilidades inerentes ao exercício da magistratura.

Parágrafo único. Receberão o tratamento de Excelência, conservando o título e as honras correspondentes, mesmo após a aposentadoria, e usarão vestes talares, nas sessões solenes, e capas, nas sessões ordinárias ou extraordinárias. (grifei)

O art. 355, que trata da competência da Secretaria do Tribunal, traz também a previsão de uso de “vestuário adequado” e capa preta dos funcionários durante sessões.

§ 6º Os funcionários da Secretaria, quando tiverem de comparecer a serviço perante o Plenário ou Turma, em sessão, usarão vestuário adequado e capa preta.

¹³⁷ O Decreto-lei 1.237, de 1939, que organiza a Justiça do Trabalho, também nada dispõe sobre trajes e símbolos. Já a Lei 8.457/1992, que organiza a Justiça Militar, dispõe: “Art. 99. Os magistrados, os representantes do Ministério Público, os Defensores, o Secretário do Tribunal Pleno, o Diretor de Secretaria, o Oficial de Justiça Avaliador e outros servidores usarão, nas sessões e audiências, o vestuário e insígnias estabelecidos em lei ou no Regimento Interno do Tribunal.”

E eis que a veste ritualística é também regulamentada e a veste regulamentada (“adequada”) é também parte do ritual.

Por trás de uma e de outra, desde justificativas de preservação da dignidade do Poder Judiciário e o apego à tradição até significados simbólicos mais profundos que, embora não sejam tão frequentemente verbalizados, revestem o ritual judicial.

Afirmar que a toga tem um papel nesse ritual não é advogar por sua permanência ou sua necessidade. A toga é um objeto histórico carregado de simbólica desta e de outras épocas. Há mesmo quem seja virulentamente contra o que considera um mero “anacronismo”. É o caso do juiz Frank, para quem a visão da toga tem o poder de fazer uma testemunha se intimidar a ponto de omitir fatos.

Lovers of antiquity will perhaps remark that I am captious. The judges' sartorial distinction, they will say, is but a harmless relic of the steam-heated house. But the robe is no mere romantic survival. It has adverse effects on the administration of justice. An ordinary, honest, citizen, unaccustomed to court-house ways, is often disquieted by the strange garb of the judge and his elevation above the court-room throng; called as a witness, this honest citizen may testify in a manner so constrained and awkward that he gives the impression of not telling the whole truth. For like reasons, the younger lawyers, instead of being properly impressed, are often unduly ill at ease.¹³⁸

E mais: para o juiz Frank, desvestir a toga permitiria aos magistrados desapegarem-se do juridiquês que, para ele, é outro entrave para o bom funcionamento de um tribunal: a corte deve fazer-se entender amplamente.

The courts should be obligated to make themselves intelligible to the men on the street or the subway. Here the robe has its effects: Unfrock the judge, have him dress like ordinary men, become in appearance like his fellows, and he may well be more inclined to talk and write more comprehensibly. Plain dress may encourage plain speaking.¹³⁹

O juiz Frank era contrário à toga nos Estados Unidos dos anos 50. Ainda hoje, a Justiça norteamericana a conserva. No Brasil, como visto, a toga não povoa todas as salas de audiência. Mas se é que ela caminha para o museu, a odisseia não está perto do fim. De fato, o Poder Judiciário brasileiro dá sinais de que uma tentativa de renúncia geral às vestes ritualísticas encontraria resistência. Em uma decisão que sacramenta a importância da toga, da beca e da capa na dinâmica do julgamento, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, à unanimidade, determinou a obrigatoriedade dessas vestes talares – cada qual correspondendo

¹³⁸ FRANK, 1950:257.

¹³⁹ Ibid., p. 259.

à respectiva função no ritual – a todos os componentes do Colegiado, ao representante do Ministério Público Eleitoral, à Secretária do Pleno e aos advogados em sustentação oral durante as sessões do Tribunal. A decisão é de 2007. Segundo o então presidente da Corte, desembargador Vítor Barboza Lenza, o uso da toga, beca e capa por todos os atores do ritual traz mais seriedade às sessões¹⁴⁰.

Analogamente, porém em 2013, a Ata da Correição Ordinária realizada pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (Paraíba), entre 13 e 17 de maio de 2013, registra como ponto a ser corrigido a inobservância do uso da toga.¹⁴¹

Durante a visita às Varas do Trabalho da Capital, verificou-se que parte dos Juízes usa toga na condução das audiências e parte não. Niklas Luhmann, em sua obra “Legitimação pelo Procedimento” (Editora UnB – 1980 – Brasília), destaca como a solenidade e o ritualismo que os procedimentos judiciais impõem, pelo uso de togas, fórmulas precisas de expressão, momentos determinados de manifestação, etc., contribuem para gerar especialmente na parte vencida a convicção de que sua demanda foi seriamente analisada e ponderada, legitimando a decisão. Nesse sentido, não se amolda perfeitamente à realidade o argumento de que a toga afasta o povo da jurisdição, pois determinadas funções sociais, pela sua especial relevância e influência nas vidas das pessoas, são exercidas e reconhecidas pelas suas indumentárias distintivas. Assim, o médico é identificado no hospital pela sua roupa branca, o militar pelo seu uniforme, o sacerdote na missa pelos trajes talaes, e o juiz ao prestar jurisdição pela sua toga. Decidir sobre a vida, liberdade e patrimônio das pessoas é de tal impacto que impõe verdadeira liturgia ao exercício do cargo, em que a toga é um de seus elementos distintivos. Não se justifica que, sendo a toga de uso generalizado nos tribunais, seja ela dispensada pelos magistrados de 1ª instância, que exercem a mais genuína jurisdição, na medida em que estão em contato mais direto com as partes, distribuindo justiça. Se, na 13ª Região, a toga é fornecida a todos os magistrados no momento de seu ingresso na magistratura, que seja ela usada e honrada do primeiro ao último dia do exercício da judicatura. (grifei)

Para exigir a fiel observância ao ritual, o discurso de autoridade da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho se socorre da teoria de Luhmann segundo a qual é o procedimento que legitima o sistema de decisão. Um procedimento em que condições são criadas para que a disputa ritual entre as partes se realize por meio de papéis, e não pelas partes em si. A função dessa transferência é limitar o conflito, o conflito é performado no ritual, que não teria como objetivo propriamente resolvê-lo, mas criar a aceitação do seu resultado, qualquer que seja, entre as partes.¹⁴² Para o órgão da justiça do trabalho, a função

¹⁴⁰ “É obrigatório o uso de vestes talaes em todas as sessões do Tribunal”, publicada em 13/11/2007 no site Migalhas.

¹⁴¹ Essa ata está disponível no seguinte endereço, acessado em 13 jun 2013:

[http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/30217/2013_ata_corr_ord_trt13_cgjt.pdf?sequence](http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/30217/2013_ata_corr_ord_trt13_cgjt.pdf?sequence=1)

[=1](#)

¹⁴² LUHMANN (1980).

da toga é, assim, convencer as partes de que foram devidamente ouvidos e tiveram sua demanda foi “seriamente analisada e ponderada”, verdadeira fundamentação simbólica da decisão. A toga, aqui, participa decisivamente de um ritual que tem por objetivo alcançar a dimensão de reconhecimento do julgamento, já que a sensação das partes de que tiveram sua demanda analisada não é apenas cognitiva, mas leva em consideração a importância que crê ter sido dada a sua demanda, importância que o ritual tem o poder de criar.

A Corte na TV ao vivo e (s)em cores

O cortejo de preto entra no salão em fila indiana. As longas capas de seda vão se distribuindo ao longo de três lados de um retângulo, dispendo-se simetricamente. O outro lado, que fecha o círculo simbólico, isola um púlpito. Cadeiras distribuídas em três áreas, atrás das capas e do púlpito, completam o cenário em suspensão. A palavra inaugura o momento do ritual em forma de imperativo: “sentemo-nos”.

Começa mais uma sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, transmitida ao vivo e em cores para todo o Brasil via satélite e TV por assinatura, e para o mundo, pelo canal *streaming* do sítio eletrônico da TV Justiça.

Há dez anos o Poder Judiciário brasileiro, em iniciativa até então jamais testemunhada no mundo, inaugurou uma emissora de televisão própria e passou a transmitir ao vivo as sessões de sua instância máxima. E já se vão quatro anos desde que a TV Justiça comemorou a milésima transmissão de sessão plenária.¹⁴³

A Lei 10.461/2002, que prevê a criação da TV Justiça, foi sancionada pelo ministro do STF Marco Aurélio Mello, quando exerceu interinamente a Presidência da República durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em maio de 2002. Em agosto daquele ano, a TV Justiça estava no ar.

Ainda que se possa afirmar que a emissora do Judiciário está consolidada no cenário da comunicação pública nacional, ao lado das TVs do Legislativo e do Executivo Federais¹⁴⁴, o mérito de seu carro-chefe, a transmissão das sessões plenárias, ainda faz polêmica. Depois de considerar que sem a TV Justiça “muita coisa ficava entre quatro

¹⁴³ “TV Justiça completa milésima transmissão de sessão plenária nesta quarta-feira (28)”, publicada no site do STF em 28/10/2009.

¹⁴⁴ A TV Justiça é a mais jovem das emissoras públicas federais dos três poderes. A TV Câmara foi criada em janeiro de 1998; a TV Senado, em fevereiro de 1996. Já história da Empresa Brasileira de Radiodifusão, a Radiobrás, remonta a 1975. A empresa estatal foi criada para gerir, além de outros veículos de comunicação, duas emissoras de TV.

paredes”, a reportagem “Data Venia, o Supremo”, publicada pela Revista Piauí em agosto de 2010 e assinada pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho¹⁴⁵, registra duas opiniões resistentes à transmissão do Plenário do STF.

Mello é um entusiasta da transmissão direta. Fernando Henrique, nem tanto. “Eu tenho dúvida em relação à transmissão pela televisão”, disse-me ele no seu escritório em São Paulo. “Porque a imensa maioria da população não entende aquela linguagem. Nos Estados Unidos, duas coisas são muito diferentes daqui: não sai nada, não pode nem fotografar, e tudo aparece como se fosse consensual. Nós não podemos transformar a Corte Suprema em outro congresso. Congresso é diferente: tem quer ser aberto, transparente, refletir até mesmo a certa desordem que há no Brasil. Mas o Supremo? Deveria ser mais litúrgico.” E o que se faz a respeito? Acabar com a transmissão direta? “Agora é difícil”, respondeu Fernando Henrique. “Se acabar, vão dizer que é antidemocrático.”

O professor Conrado Hübner Mendes, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, que termina o seu doutorado na Universidade de Edimburgo, na Escócia, não tem dúvidas. “A superexposição na televisão não ajuda o Supremo a ser mais transparente”, afirmou. “Tampouco ajuda a sociedade a entender melhor o papel do Tribunal e da Constituição. Em geral, só tem atrapalhado: cria um palanque para que ministros se tornem celebridades, em prejuízo do debate franco entre eles.” Para Hübner Mendes, “é claro que transparência é indispensável em muitos aspectos. Mas a inexistência de qualquer reunião privada entre os juízes tem efeitos perniciosos também, tal como o enrijecimento do debate (ninguém gosta de admitir que esteja errado em público) e a teatralidade. Há bastante pesquisa sobre isso na ciência política, e a recomendação, em geral, é que se busque uma forma híbrida, que combine momentos públicos e abertos com deliberações a portas fechadas.”

O ministro aposentado Carlos Velloso também advoga contra a transmissão ao vivo. “Não é bom para a corte, que deve ministrar lições de equilíbrio e concórdia para todo o Judiciário, mostrar ao vivo exaltações de algum ou alguns de seus membros”, disse em um artigo. E justifica essa opinião com os argumentos de que as normas que regem os tribunais se pautam pela austeridade, que a exposição das discussões dos ministros “vulgarizam o debate judicial” e que os não iniciados – o povo – não entendem o que lá se passa, numa manifesta preocupação com o status da corte: “com a transmissão ao vivo, acalorados debates têm sido postos aos olhos de quem não é do ramo e que, por isso mesmo, não os compreende, o que resulta em detrimento do prestígio do tribunal e do Poder Judiciário.”¹⁴⁶

Já o jornalista Merval Pereira, que publicou um livro sobre o julgamento do caso de corrupção que ficou conhecido como mensalão, comemora que “mesmo com a exposição de eventuais erros, agora, é a transparência da democracia que comanda o espetáculo e

¹⁴⁵ Edição nº 47.

¹⁴⁶ Publicado no jornal Folha de S. Paulo na sessão “Opinião” sob o título de “A TV Justiça e o seu papel”. Em 2/5/2009.

populariza o Supremo Tribunal Federal.”¹⁴⁷ A opinião generalizada da imprensa, naturalmente, é que a transmissão do julgamento é positiva e democrática.

Entre detratores e admiradores, duas cortes supremas se inspiraram na experiência brasileira para publicizar suas sessões: a do Reino Unido e a do México. O Conselho Constitucional francês recentemente passou a transmitir as sessões ao público via internet, mas apenas a fase de sustentações orais dos advogados. As deliberações seguem – e provavelmente seguirão – a *huis clos*. Na qualidade de canal de televisão estatal exclusivamente dedicado ao Poder Judiciário, o Brasil segue inimitado.

Não só inimitado como se reinventando. A prática de transmitir a sessão de julgamento ao vivo começa a ultrapassar as paredes do edifício flutuante de Niemeyer, em Brasília. No dia 9 de março de 2013, o site Conjur noticiava: “Pela primeira vez na história do Brasil, a Justiça de São Paulo vai transmitir um júri popular em tempo real”¹⁴⁸. E transmitiu, com alguns atropelos, o júri do policial militar reformado e advogado Mizael Bispo de Souza, acusado de matar a ex-namorada, a também advogada Mércia Nakashima.

Logo no primeiro dia do julgamento, uma discussão acalorada entre o irmão da vítima e o advogado do réu levou o juiz a suspender a transmissão durante três minutos. Quando voltou, a tensão persistia.

O juiz Leandro Jorge Bittencourt Cano, que presidiu esse tribunal do júri, foi indagado pela imprensa sobre a razão de levar esse caso, altamente midiático, à transmissão ao vivo. E justamente a preocupação com o fato de ser um caso de comoção pública está na raiz da decisão. Interessante notar também que o réu concordou com a transmissão. Trechos da entrevista do magistrado, publicada no jornal O Estado de S. Paulo:¹⁴⁹

Este caso foi uma oportunidade para mostrar para a população o que acontece no tribunal do júri. Este julgamento teve um caráter didático da minha parte, educacional. Não queria que se transformasse em uma farsa. Porque, com essa ideia que tinham colocado, de que a imprensa já estava condenando o réu, esse senso de responsabilidade para o jurado aflorou de alguma forma.

(...)

¹⁴⁷ PEREIRA, 2013:222.

¹⁴⁸ “São Paulo terá Júri transmitido pela TV, nesta segunda”, publicado em 9/3/13. A assessoria de comunicação do TJ-SP havia divulgado que se tratava do primeiro júri da história do Brasil transmitido ao vivo. Logo depois, a assessoria do Tribunal de Justiça de Rondônia se apressou em desmentir o pioneirismo, avocando-o para si. De fato, em agosto de 2010, o TJ-RO transmitiu o julgamento de 24 réus acusados de envolvimento em 27 mortes no presídio Urso Branco, em 2002. Em 2009, entretanto, a TV Justiça já havia realizado transmissão de júri: foi o julgamento do ex-deputado federal pelo Acre Hildebrando Paschoal, acusado de homicídio, tráfico de drogas e corrupção e condenado a mais de 100 anos de prisão.

¹⁴⁹ ‘Conseguí mostrar o que é o tribunal do júri’, publicada em 17/3/13 e disponível em Estadão.com.br.

Expliquei para eles a situação, os pontos positivos e talvez os negativos e, a partir daí, o próprio Mizael disse: "Doutor, vamos fazer esse julgamento, acho que essa é a melhor forma para que seja feita a justiça, as pessoas serão mais isentas, com o povo observando o que vai acontecer aqui".

Nota-se a preocupação tanto do magistrado quanto do réu com a “lisura” do ritual. Mas a transmissão ao vivo de um júri de alta comoção beneficia o réu? Ou seu advogado? Essas perguntas estão em aberto. O fato é que advogados estão apostando nisso. Antes do julgamento de Mizael Bispo, o criminalista Roberto Podval, ao defender Alexandre Nardoni, acusado e condenado por matar a filha Izabel Nardoni, solicitou que o julgamento fosse transmitido pela televisão, mas teve o pedido negado.

O jornal O Estado de S. Paulo classificou a transmissão do julgamento de Mizael Bispo como a criação de um corpo de “jurados virtuais”, correspondente a todas as pessoas no país que acompanharam o desenrolar do ritual pela televisão, rádio e internet.

Entre as vozes que se levantaram contrárias, um desembargador do próprio TJ-SP, Miguel Marques e Silva, da 13ª Câmara Criminal, criticou duramente a espetacularização do ritual, de que teria sido exemplo o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal. “Parecia um circo. A Justiça precisa de tranquilidade”.¹⁵⁰

Para tanto, no mínimo poder-se-ia objetar que faltam cores.

O mensalão e a queda do Olimpo

Embora possa ser demasiado dizer que poucos brasileiros não sabem o que foi o mensalão, talvez não seja arriscar demais afirmar categoricamente que, sim, poucos não ouviram falar dele.

O julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal divide águas quando se trata da relação da corte com a sociedade. Pela primeira vez na história do tribunal, o cidadão comum, o “homem da rua” a que se refere o juiz Frank conheceu os nomes dos ministros, comentou as discussões – e principalmente os combates – do plenário e torceu em coro por um resultado.

A mídia é em grande parte responsável por essa popularidade. Também, por outro lado, alimentou-se do alto interesse provocado pelo julgamento e promoveu uma verdadeira

¹⁵⁰ Registrado na matéria “São Paulo terá Júri transmitido pela TV, nesta segunda”, publicada pelo Conjur em 9/3/13.

enxurrada de notícias “curiosas”, charges, debates, “saibas mais”, previsões, críticas e elogiosas referências.

Entre as da última categoria citada, a abertura de um editorial do Globo meses depois do fim do julgamento em plenário.¹⁵¹

Com o julgamento dos réus do mensalão, no final do ano passado, o Supremo Tribunal Federal atingiu um ponto de eficiência que anabolizou a credibilidade do Judiciário brasileiro. Foi um trabalho admirável, que elevou a Justiça do país a um elevado e reconhecido nível de profissionalismo.

Entre as da primeira categoria citada: logo no início do julgamento, ainda em agosto, o G1 publicou uma notícia intitulada “Histórias de togas e becas alimentam folclore de tribunais; veja algumas”.¹⁵² Uma edificante coleção de anedotas que sinaliza para o anacronismo da toga como símbolo de austeridade e poder. Vejamos.

Desde o início do julgamento do processo do mensalão, na semana passada, a vestimenta – que é um tipo de capa preta que pode ser longa ou curta – foi responsável por situações engraçadas no plenário do Supremo.

Um advogado quase defendeu a cliente com a beca do avesso. Alertado por uma jornalista, vestiu o traje do jeito correto poucos minutos antes de ir ao púlpito. Outro levou os colegas aos risos ao comentar que comprou uma beca específica para o julgamento pela internet. Um terceiro advogado levou orações dentro da beca.

(...)

O ex-ministro [Carlos Velloso] lembrou um caso que, segundo ele, ocorreu quando atuava no extinto Tribunal Federal de Recursos. “Um ministro tinha uma toga que ficava sempre muito bem guardada. O certo é que a toga rasgou e ninguém percebeu. Ele só se deu conta quando entrava em fila no tribunal com os outros ministros. No outro dia, os jornais deram destaque para o fato, do ministro de toga rasgada”, lembrou.

(...)

O advogado [Marcelo Leal] lembrou ainda outro caso que, segundo ele, o tornou alvo de uma brincadeira na universidade em que lecionava. “Era uma beca esvoaçante, grande. Um promotor queria me desqualificar. Começou a citar os presentes e disse: 'doutor fulano, doutor tal, doutor Marcelo Leal'. Então ele olhou e disse: 'Batman!' Quando fui dar aula no outro dia, tinha um símbolo do Batman na sala de aula”, relembra.

Ele contou ainda ter ouvido de um ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral uma versão sobre a origem da obrigatoriedade da beca no púlpito do Supremo Tribunal Federal.

“Quando o Supremo foi instalado em Brasília, não se exigia a beca. Os advogados falavam sem beca. E tinha um advogado antigo, que engordou muito, e as camisas não serviam mais nele. Um botão ficava aberto, aparecendo parte da barriga. O presidente naquela época não gostou e instituiu: a partir de agora, todo mundo usa beca. Então, esse é o motivo da obrigatoriedade. A barriga desse advogado”, contou aos risos.

¹⁵¹ “Função a preservar (editorial)”, publicado em 29/4/2013.

¹⁵² Publicada em 12/8/12.

Em não raras ocasiões, os ministros do STF parecem incomodados com a toga. De fato, ela atrapalha o manuseio dos processos, eles precisam ajeitá-la antes de se sentarem e tomar cuidado ao levantarem-se, pois é arriscado pisar numa ponta e vê-la rasgar-se ao vivo. Na já mencionada matéria da Revista Piauí, de 2010, o jornalista descreve a função central do chamado capinha no ritual do julgamento no STF (“um bom capinha é meio ministro”). Entre suas atividades principais, está a guarda da toga de seu ministro.

Os primeiros que aparecem, antes de começar as sessões de julgamento, são os “capinhas”, assim chamados por causa da obrigatória capa preta, curta, sobre os ombros.

Os ministros também são obrigados a usar toga. É uma capa de cetim preto, comprida, sobre a roupa. A simples, que usam no dia a dia, é sobreposta e amarrada nas costas por duas fitas. A toga de gala, usada em cerimônias solenes, tem que ser vestida pela cabeça. Ela tem um camisolão cheio de babados, na frente, e a cintura é cingida por uma faixa de seda. O Supremo as compra, cinco por ano, de poucas confecções. A de gala custa 370 reais; a simples, 197. As togas ficam sob a responsabilidade dos respectivos gabinetes. Na prática, com os capinhas. Cabe a eles, nos dias de sessões, tirá-las dos armários, estendê-las sobre uma mesa de jacarandá, no salão branco, adjacente ao plenário, e colocá-las nos ministros.

Gilmar Mendes não tem paciência de esperar a amarração. Seu capinha tem que fazê-lo enquanto ele sai andando. A ministra Ellen Gracie proibiu seu capinha de estender a toga na mesa de jacarandá. Acha que traz maus fluidos, porque é no móvel que são velados os ministros defuntos, que recebem as últimas honras da casa no salão branco.

As duas ministras tentam harmonizar as roupas com o negrume das togas. Às vezes, a combinação é audaz, como no dia em que a ministra Cármen Lúcia adentrou o plenário com um terninho rosa-choque. A ministra Ellen não se furta a mostrar, além do perfil olímpico e do perfume sempre generoso, a pele ebúrnea dos braços à mostra.

E ambas sempre indagam dos capinhas se, *comme il faut*, o bico dos sapatos está aparecendo sob a toga. As duas ministras não conseguiram quebrar a hegemonia masculina dos auxiliares de plenário: só há capinhas homens.

É um cargo de confiança. Eles servem para tudo: puxar a poltrona quando as excelências vão sentar ou levantar, arrumar livros e processos que devem estar à mão, servir água, café ou chá, levar recados ou bilhetes, resolver encrencas com computadores, documentos que faltaram e que tais. Há os que já puxaram a cadeira demais (uma vez o ministro Grau foi ao chão), que já derramaram água ou café (Grau, *idem*) e que já entregaram ao ministro o relatório do processo errado (Toffoli, que só descobriu ao ser advertido pelo advogado do caso). Mas, vendo-se a faina antes das sessões, pode-se dizer que um bom capinha é meio ministro. Sem contar que eles sabem tudo o que se passa na casa, e mais alguma coisa.

Terá a toga no STF atual as mesmas funções ritualísticas destacadas na literatura – formalidade, impessoalidade, uniformidade do grupo e distinção diante dos que não são do grupo, austeridade, disciplina, poder?

A cientista política Maria Tereza Sadek, na publicação que veiculou uma das várias pesquisas sobre o Poder Judiciário que ela coordenou, afirmou que os magistrados têm

deixado de lado discrição e austeridade, características até então marcantes do personagem juiz, para assumir um papel de protagonismo público.

Poucos personagens sofreram tantas modificações nos últimos anos quanto os magistrados. Sua presença transpõe as portas dos fóruns. Dificilmente se encontrará um tema ou um embate sobre o qual não se solicite a palavra ou não se pronuncie um magistrado. Como protagonistas centrais, juízes, desembargadores e ministros de tribunais têm ocupado espaços na arena pública, marcando posição e desempenhando papéis que extrapolam a clássica imagem de discrição ou de extrema impessoalidade.¹⁵³

Por essa razão, o magistrado não é só um produtor de decisão, mas um produtor de imagem. E de uma imagem que precisa se perceber midiática. Segundo a juíza Mônica Sette Lopes, “Juízes, advogados, promotores e procuradores passam para a linha de frente da visibilidade e a técnica jurídica mistura-se a uma outra técnica em que a imagem, formada a partir de uma representação que é instrumentalizada, tem uma importância fundamental”.¹⁵⁴

A imagem mediatizada de quem “diz o direito” – para usar uma expressão nativa – é a personalização da Justiça se comunicando com o público. Assim, o fato de o dia a dia do plenário da suprema corte estar dentro das casas de uma parcela significativa dos brasileiros, quase a totalidade dos que possuem TV por assinatura¹⁵⁵, e a partir da visibilidade provocada pelo mensalão, a Justiça mediatizada se comunica com o público em grande parte por meio do STF¹⁵⁶. E, se assim é, o atual presidente da corte, ministro Joaquim Barbosa, personalizou a disseminação da imagem do STF e, por consequência, do Poder Judiciário. O jornal Valor Econômico avalia que o presidente do STF tem atualmente status de celebridade nacional:

O atual presidente do Supremo, é fato, personaliza o combate à impunidade. À imagem de um magistrado de pavio curto, Barbosa identifica apoio da opinião pública. Por onde passa é cumprimentado ou recebe pedidos para posar para fotografias. Até no exterior, como aconteceu recentemente nos Estados Unidos com brasileiros residentes em Nova York.¹⁵⁷

¹⁵³ SADEK, 2006:13.

¹⁵⁴ LOPES, 2008:105.

¹⁵⁵ Segundo dados da Anatel de julho de 2012, cerca de 49 milhões de brasileiros têm TV por assinatura. Em janeiro de 2013, 97,91% desses assinantes tinham acesso à TV Justiça.

¹⁵⁶ O que não quer dizer que o STF “represente” a Justiça brasileira aos olhos dela mesma. Segundo a pesquisa comandada por Maria Tereza Sadek, o STF, na percepção dos magistrados brasileiros, é o ramo do Judiciário que tem a pior avaliação em termos de imparcialidade, seguida do STJ e da Justiça do Trabalho. A pesquisa foi realizada em 2005 com o patrocínio da AMB e reflete um universo de 3.258 magistrados participantes no país.

¹⁵⁷ Matéria publicada em 15/5/2013 na versão impressa do jornal Valor Econômico sob o título de “Joaquim Barbosa busca apoio contra isolamento”, em referência à posição intransigente que o ministro teria na condição de relator da AP 470. A matéria chega a mencionar que o ministro estaria sofrendo ameaças: “Barbosa sente-se numa luta solitária e até mesmo ameaçado com o que parecem tentativas de intimidação, como um carro preto, sempre com quatro ou cinco passageiros homens, que fica dando voltas em torno de sua residência.”

Nacional, aliás, é pouco, a julgar pela avaliação da revista americana Time. Em abril de 2013, a publicação conferiu ao ministro Joaquim Barbosa, “a jurist who last year presided over the country’s largest political-corruption trial and then became the first black president of Brazil’s Supreme Court”¹⁵⁸, o título nada desprezível de uma das cem personalidades mais influentes do mundo.

Prova dessa celebridade são também as incontáveis charges, memes¹⁵⁹ e paródias que circularam durante todo o semestre do julgamento do mensalão em sites, blogs, jornais, revistas e nas redes sociais¹⁶⁰. Na grande maioria delas, figura o ministro Joaquim Barbosa e, não raras vezes, em embates com o ministro Ricardo Lewandowski ou em duelos contra os réus do mensalão. Em outras, o presidente do STF é um herói: um Super-Homem, um Batman (“Batman é para os fracos; meu herói é negão e usa toga preta”), o Thor brasileiro (“o verdadeiro herói do martelo”), um novo vingador, que se une ao Hulk e ao Capitão América. Em meio às manifestações de apoio a uma possível futura candidatura do ministro a presidente da República – que não é desprezível, já que em julho de 2013 ele aparece com 15% de intenções de voto segundo a pesquisa do Datafolha¹⁶¹ –, uma montagem do comediante Mussum com a toga dizendo “Todo mundo em canis”.¹⁶²

Uma das fotos do ministro Joaquim Barbosa com a capa preta que fez especial sucesso é justamente uma imagem dele de costas, a toga em toda sua dimensão talar. O jornalista Marcelo Coelho observou num artigo, a respeito dessa imagem, que “é a figura do vingador, um tanto curvado e cabisbaixo pelo peso da própria obstinação, mas ao mesmo

¹⁵⁸ Disponível em <http://time100.time.com/2013/04/18/time-100/slide/joaquim-barbosa/>. Acesso em 17 jun 2013.

¹⁵⁹ Memes são geralmente imagens modificadas associadas a frases curtas que veiculam humor e crítica pela internet, em blogs, sites e redes sociais, recebendo no caminho inúmeros comentários e paródias. Memes de sucesso tornam-se virais: disseminam-se muito rapidamente e também em poucos dias desaparecem, ao sabor dos assuntos mais “quentes”.

¹⁶⁰ Haveria que abordar o que vem a ser a opinião pública e a influência que exerce sobre ela atualmente esse espaço de expressão não mediada (e em vertiginosa expansão) que são as redes sociais e blogs, mas esta reflexão é muito ampla e foge dos limites deste trabalho. Para os atuais propósitos, cabe, no entanto, mencionar uma observação de Paul Ricoeur (1995:177) segundo a qual a opinião pública seria uma fonte amplificadora do desejo de vingança. Por isso, os veículos de comunicação deveriam ser instrumentos de “educação para a equidade”, disciplinando esse desejo de vingança: “A opinião pública é, em primeiro lugar, o veículo, em seguida, o amplificador, e, por fim, o porta voz do desejo de vingança. Não seria demais insistir sobre o efeito de publicidade, no sentido de tornar público dado pelos *media*, entre outros órgãos, à cerimônia do processo e à promulgação das penas. Esta publicidade devia consistir numa educação para a equidade, disciplinando o impuro desejo vindicativo”.

¹⁶¹ Embora a candidatura não seja oficial, já tem um endereço eletrônico que diz “Joaquim Barbosa presidente 2014 – Somos brasileiros que acreditam que o Brasil só achará seu caminho com um presidente sério”. Acessado em 11/7/2013: <http://joaquimbarbosapresidente.com.br/>

¹⁶² As imagens estão expostas no Anexo VI.

tempo rápido e decidido no passo. As dobras da capa sinalizam velocidade, altitude, independência e solidão.”¹⁶³

Certo, o herói preferido das charges e memes foi mesmo o Batman e a indefectível capa preta. A “toga” do Batman supostamente o auxiliaria a planar por entre os prédios de Gotham City. A dos ministros... alguém resolveu dividir a inquietação com a comunidade de internautas lançando a pergunta “Porque [sic] os ministros do STF usam capa preta que nem super herói?”. A resposta:

A capa serve para identificar, distinguir e realçar a autoridade dos ministros. O uso é obrigatório e está previsto no artigo 16 do regimento interno do Supremo Tribunal Federal, o distintíssimo STF.

A capa é um símbolo da imparcialidade e da honestidade da magistratura mais alta, da qual os ministros fazem parte. “Significa que, se um juiz morrer e for substituído, virá em seu lugar outro igualzinho, com a mesma roupa, e que ele irá julgar do mesmo jeito, com a mesma imparcialidade”, explica Roberto Bacellar, diretor da Escola Nacional da Magistratura. “Quando as pessoas brincam que parece a capa do Batman, têm até um pouco de razão, porque essa capa é como uma couraça, mesmo, contra a corrupção”, acrescenta Bacellar.

Professor de Direito Constitucional da PUCRS, Marcus Vinicius Martins Antunes explica que não há nenhuma punição prevista em lei para quem não usar a capa. Isso porque presume-se que os ministros sempre cumprirão a regra. Afinal de contas, eles são o creme do creme da lei. Se eles não a cumprirem, podem fechar a internet e encomendar o apocalipse maia logo. Antunes afirma que não se tem conhecimento de algum caso em que o magistrado tenha esquecido ou se negado a usar a veste. A assessoria de imprensa do STF esclarece que as capas são lavadas uma vez por semestre, e a responsabilidade de mandá-las para a lavanderia é do próprio STF. Quanto ao material, a de Bacellar, assim como a do ministro Joaquim Barbosa e as dos outros ministros, é de cetim. Fino.¹⁶⁴

Se o Supremo Tribunal Federal é o Olimpo da Justiça, como também se ouve no espaço público que é a internet¹⁶⁵, não são deuses que o habitam. O espaço simbólico ocupado

¹⁶³ Publicado na Folha Ilustrada sob o título “Os dois Barbosas” em 28/11/2012.

¹⁶⁴ Publicado em <http://fabulososfail.com/porque-os-ministros-do-stf-usam-capa-preta-que-nem-super-heroi/> pelo blogueiro e “jornalista amador” (segundo seu perfil no LinkedIn) Paulo Roberto Boechat Rodrigues. Acesso em 16 jun 2013.

¹⁶⁵ Apenas a título de exemplos, estes foram facilmente encontrados digitando-se no Google “supremo tribunal olimpo”. O dono do blog “Provocando choque de ideias”, o Doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA Guilherme Carvalho, assina um artigo intitulado “O Monte Olimpo se chama STF?” em que reflete: “o STF se parece muito com o Monte Olimpo: lugar de morada de ‘figuras míticas’, mas que na verdade são tão humanos quanto os humanos, com virtudes e muitos, muitos defeitos.” Disponível em <http://macareuamazonico.blogspot.com.br/2013/04/o-monte-olimpo-se-chama-stf.html>. Em seu site, Jorge Ferraz, “pecador, indigno filho das lágrimas da Virgem Imaculada” publicou um artigo denominado “Disparates do Novo Olimpo (sobre o STF e a ‘união homoafetiva’)”. Disponível em <http://www.deuslovult.org/2011/05/06/disparates-do-novo-olimpo-sobre-o-stf-e-a-uniao-homoafetiva/>. O jornalista e blogueiro Iuri Barros de Freitas também publicou o seu, chamado “STF, o Olimpo brasileiro”, em que lamenta que os ministros “São semi-deuses togados, olhando e julgando tudo do Olimpo instalado em Brasília.” Disponível em <http://iuribarrodefreitas.blogspot.com.br/2011/12/stf-o-olimpo-brasileiro.html>.

pelos ministros do STF durante o julgamento do mensalão oscilou entre bons e velhos heróis e vilões; o que, de resto, é requisito básico para se construir um enredo mediatizado de grande apelo popular.

Não apenas enredo, como marchinhas também. Sim, o rosto do presidente do STF virou máscara de carnaval.¹⁶⁶ O complemento da fantasia? Eis que profana e nada austera, a toga deixou a corte e foi tomar parte em outro ritual.

Detalhe interessante é a diversidade de qualificações dos donos dessas vozes, todos enxergando no STF a morada dos deuses gregos. Todos os acessos em 16 jun 2013.

¹⁶⁶ Imagens no Anexo VII.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num certo verão, chegou aqui a notícia de que as empresas japonesas dispensaram os altos executivos do terno e gravata como forma de reduzir os gastos com aparelhos de ar condicionado. Consta que sob influência de campanha deflagrada pelo primeiro-ministro em pessoa, preocupado com as emissões de gás carbônico. A moda não se espalhou aqui. Pois bem, passaram-se anos. Em 2008, a Revista Veja dava conta de que a adesão à gravata nunca havia sido tão pequena: a consultoria Gallup World Poll havia constatado que o número de executivos americanos que usavam a peça todos os dias era de apenas 6%.¹⁶⁷ Outros anos se passaram e nem a consciência ecológica, nem o descompasso *fashion* demovem os paladinos da austeridade da justiça brasileira: a gravata, que tem origem militar, é o uniforme do advogado e parece que continuará sendo nos tempos vindouros e talvez também nos seguintes.

O mesmo vale para o juiz, engravatado ou togado (ou ambos, em camadas sobrepostas). Testemunhar o manusear diário de processos por senhores da capa preta nos tribunais, nos júris e na televisão é adentrar o campo de um ritual que, se conserva uma simbólica empoeirada, não deixa de domesticar a violência, ainda que isso nem sempre se confunda com o ato de fazer justiça. Aliás, a maneira como um magistrado se apresenta é tão relevante que Lupetti Batista discute em sua tese sobre a imparcialidade a sugestão, baseada em diversas constatações empíricas, de que, para o juiz, *parecer* imparcial pode ser mais importante do que *ser* imparcial, já que “a percepção da imparcialidade como crença exige que a aparência da imparcialidade seja reproduzida”.¹⁶⁸

A gravata, como a toga e os sapatos lustrados, compõem o figurino do ritual judicial. Mesmo nos juízos em que a toga desapareceu, ela aí figura simbolicamente: na condição de símbolo, toga e juiz se confundem. O figurino distribui os papéis no ritual, assim como a posição dos atores em cena. Por isso a prerrogativa do acusador público de sentar-se ao lado daquele que decidirá o caso diz sobre a premissa simbólica que esses papéis assim dispostos transmitem, a de trabalharem em conjunto, em detrimento da defesa.¹⁶⁹

¹⁶⁷ “A queda da gravata: Como a informalidade – e até o aquecimento global – está levando as vendas do acessório a despencar”.

¹⁶⁸ LUPETTI BATISTA, 2012:137.

¹⁶⁹ Pelo menos duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas pela OAB questionam essa prerrogativa do Ministério Público: ADI 4896 e ADI 4768. Em 2011, o juiz de Direito substituto Mauro Caum Gonçalves, da 1ª Vara Criminal e JECrim do Foro Regional da Restinga, em Porto Alegre/RS, acolheu pedido da defensora pública Cleusa Maria Ribeiro Trevisan e determinou a alteração do mobiliário da sala de audiências, de modo que fosse removido o lugar destinado ao Ministério Público, que passou a ter de tomar lugar à direita (e não ao lado) do

De outra parte, a linguagem do processo requer um longo período de iniciação. Os que por ele passam legitimam-se para excluir os demais, fazendo-os saber apenas o mínimo necessário para que cumpram as decisões. O ideal de justiça segue vendado, a despeito do ativismo de que tanto se fala e que, segundo seus detratores, enxerga demais.

Tais práticas, aliadas à permissão que as regras do processo judicial conferem, compõem um cenário adequado à existência de um ritual do julgamento com grau alto de arbitrariedade que tem por consequência desigualdades de tratamento e a incerteza diante dos próprios direitos.

Nenhuma construção social é ingênua ou inofensiva; não seria diferente para ditames de vestimentas “convenientes”, “adequadas” ou “compatíveis” com este ou aquele meio institucional. É assim que observar o que preconizam os regulamentos que se impõem sobre os trajes de quem circula pelas cortes de justiça permite leituras de entrelinhas calcadas numa sensibilidade jurídica que exclui das partes a autotutela sobre o bom senso do que vestir. O que não é mais que reflexo da forma com que a mesma sensibilidade jurídica tutela a hipossuficiência das partes, não econômica, mas simbólica: o justiciável não é capaz de se trajar com decoro, não conhece seus direitos, não sabe nem ao menos o que deve querer e demandar. Na origem dessa desvalorização da identidade do cidadão que vai à Justiça, uma concepção de igualdade que desigual direitos, já que, *à la* Rui Barbosa, desiguais devem receber tratamento diferente conforme a medida de suas desigualdades.

Por isso é que, se “o tempo da moda está constitutivamente adiantado a si mesmo e, exatamente por isso, também sempre atrasado” e que, assim, “tem sempre a forma de um limiar inapreensível entre um ‘ainda não’ e um ‘não mais’”¹⁷⁰, impera reconhecer que a “moda” do mundo dos tribunais, por toda sorte de distâncias que cria e pelas distinções de classe, construções de gênero e poderes ilegítimos que prima por reforçar, deveria, se quer andar a par com a Justiça, ser mais pautada pelo “não mais”. Afinal, “mau gosto, extravagância ou pouco pudor no vestuário – conceitos culturais relativos em uma sociedade livre e democrática – não são capazes de desvestir qualquer indivíduo da condição de cidadão, em nossa República”.¹⁷¹ Até porque nem pudor nem bom gosto impediram cidadãos de nossa República de transformarem a suprema corte em tema de carnaval e seu presidente num herói de história em quadrinhos e num comediante trapalhão. É o preço de sua notoriedade.

juiz. A notícia foi publicada pelo site JusBrasil sob o título “Em decisão inédita no RS juiz determina isonomia na posição entre defesa e MP em sala de audiências” em 21/7/2011.

¹⁷⁰ AGAMBEN, 2009:67.

¹⁷¹ MARINS, 2012.

A dessacralização da toga indica que símbolos, por mais que acumulem história e tradição, não são estáticos. E por mais que os rituais detenham certa estabilidade – consequência de sua formalidade, estereotipia e repetição –, eles dialogam com determinadas necessidades sociais. Quando essas necessidades não obtêm retorno ou não se identificam como seus rituais correspondentes, esse desajuste há de se refletir no ritual, que precisa se adaptar, sob pena de deixar de ter função ou de tê-la desvirtuada.

A Justiça do soberano é a que se preocupa mais com a própria “dignidade” do que com a das pessoas a quem serve. Onde ela prevalece, a Justiça como protetora e promotora da cidadania, como resultado de um equilíbrio ténue entre igualdade, dignidade e equidade¹⁷², não tem condições de prosperar. O que não será nem ao menos notado, já que uma forma bem vestida é bem capaz de disfarçar um conteúdo em trapos: uma justiça que não sabe ouvir, que não quer ouvir.

¹⁷² CARDOSO DE OLIVEIRA, 2013.

6. REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** Chapecó, SC: Argos, 2009.

ANDRIGHI, Fátima Nancy e BENETI, Sidnei Agostinho. **O Juiz na Audiência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **O Judiciário ao alcance de todos – noções básicas de juridiquês**. 2ª ed. Brasília: AMB, 2007.

BARBALHO, Rennê Martins. **A feminização das carreiras jurídicas: construções identitárias de advogadas e juízas no âmbito do profissionalismo**. São Carlos, UFSCar, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BOUCHER, François. **História do vestuário no Ocidente – das origens aos nossos dias**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CALAMANDREI, Piero. **Eles, os juízes, vistos por um advogado**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Entre o justo e o solidário: os dilemas dos direitos de cidadania no Brasil e nos EUA**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS), nº 31 ano 11, pp.67-81, 1996.

_____. **Concepções de igualdade e (des)igualdades no Brasil**. Série Antropologia Vol. 425, Brasília: DAN/UnB, 2009.

_____. **A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos**. São Paulo: Revista de Antropologia, USP, v. 53 nº 2, 2010.

_____. **Equality, dignity and fairness: Brazilian citizenship in comparative perspective**. Critique of Anthropology, Sage Publications, 2013.

COELHO, Marcelo. **Os dois Barbosas**. Artigo publicado em 28/11/2012 na Folha Ilustrada e disponível em <http://marcelocoelho.blogfolha.uol.com.br/2012/11/28/os-dois-barbosas/>. Acesso em 17 jun 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Advogados também têm que passar por detector de metais**. Publicada em 18/2/2011 e disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/13214-advogados-tambem-tem-que-passar-por-detector-de-metais>. Acesso em 16 jun 2013.

_____. **CNJ nega provimento a recurso da OAB sobre trajes de advogados.** Publicada em 21/06/2011 e disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/14830:cnj-nega-provimento-a-recurso-da-oab-sobre-trajes-de-advogados>. Acesso em 18 mai 2013.

CONSULTOR JURÍDICO. **Anulada audiência em que procurador não fez defesa.** Disponível em <http://www.conjur.com.br/2010-mar-05/anulada-audiencia-procurador-nao-fez-defesa-estar-terno>. Acesso em 19 mai 2013.

_____. **Cármem Lúcia rompe tradição e usa calça comprida no STF.** Disponível em http://www.conjur.com.br/2007-mar-15/carmen_lucia_usa_calca_comprida_sessao_stf. Acesso em 18 mai 2013.

_____. **CNJ vai analisar caso de juiz que proibiu chinelos em audiência.** Disponível em http://www.conjur.com.br/2008-mai-16/cnj_analisa_proibicao_chinelos_audiencia. Acesso em 19 mai 2013.

_____. **Juíza autoriza réu a usar boné em protesto contra colega.** Disponível em http://www.conjur.com.br/2007-jun-26/juiza_autoriza_reu_usar_bone_audiencia_goiania. Acesso em 18 mai 2013.

_____. **O juiz é superior a qualquer ser material, diz juíza.** Disponível em http://www.conjur.com.br/2007-nov-17/juiz_superior_qualquer_material_juiza. Acesso em 9 jul 2013.

_____. **OAB define que doutor antes do nome não é infração ética.** Disponível em <http://www.conjur.com.br/2013-mai-18/notas-curtas-oab-define-doutor-antes-nome-nao-infracao-etica>. Acesso em 25 mai 2013.

_____. **São Paulo terá Júri transmitido pela TV, nesta segunda.** Disponível em <http://www.conjur.com.br/2013-mar-09/primeira-vez-sao-paulo-julgamento-juri-transmitido-tv>. Acesso em 13 jun 2013.

ESPAÇO VITAL. **Anamatra também lamenta decisão de juiz do Paraná que cancelou audiência porque reclamante usava chinelos.** Publicada em 22/6/2007 e disponível em http://www.espacovital.com.br/noticia_ler.php?id=8107. Acesso em 18 mai 2013.

_____. **OAB e Amatra-9 criticam juiz que cancelou audiência por causa de par de chinelos.** Publicada em 22/6/2007 e disponível em http://www.espacovital.com.br/noticia_ler.php?id=8098. Acesso em 18 mai 2013.

ESTADÃO.COM.BR. **'Conseguí mostrar o que é o tribunal do júri'.** Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,conseguir-mostrar-o-que-e-o-tribunal-do-juri-,1009638,0.htm>. Acesso em 13 jun 2013.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo. **Prova no Tribunal do Júri brasileiro: o império da moral nas decisões não fundamentadas.** Revista Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 16, p. 297-322, 2010.

FOLHA DE S. PAULO. **Machismo marca sabatina de Ellen Gracie.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2303200617.htm>. Acesso em 19 mai 2013.

_____. **Ministra do STF inova ao usar calça comprida em sessão plenária do órgão.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90359.shtml>. Acesso em 18 mai 2013.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. **A cegueira da Justiça – diálogo iconográfico entre Arte e Direito.** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 2011.

FRANK, Jerome. **Courts on trial: myth and reality in american justice.** Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1950.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Cada tribunal deve decidir qual a roupa adequada.** Artigo publicado no site Conjur em 17/5/2009 e disponível em <http://www.conjur.com.br/2009-mai-17/segunda-leitura-cada-tribunal-decidir-qual-roupa-adequada>. Acesso em 1º jun 2013.

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem & modas de mulher.** Rio de Janeiro: Record, 1986.

GEERTZ, Clifford. “O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa”. In: _____. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. pp.249-356.

G1. **Histórias de togas e becas alimentam folclore de tribunais; veja algumas.** Disponível em <http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/08/historias-de-togas-e-becas-alimentam-folclore-de-tribunais-veja-algumas.html>. Acesso em 13 jun 2013.

G1/RIO GRANDE DO SUL. **Justiça do RS mantém proibição de crucifixos em prédios do Judiciário.** Publicado em 22/05/2012 e disponível em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/05/justica-do-rs-mantem-proibicao-de-crucifixos-em-predios-do-judiciario.html>. Acesso em 17 jun 2013.

_____. **Revogadas restrições ao modo de vestir no Fórum de Rio Pardo, RS.** Disponível em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/07/revogada-restricoes-ao-modo-de-vestir-no-forum-de-rio-pardo-rs.html>. Acesso em 19 mai 2013.

GARAPON, Antoine. **Bem julgar – ensaio sobre o ritual judiciário.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

HARVEY, John. **Homens de preto.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

JUNG, Carl G. [et al.]. **O homem e seus símbolos.** 2ª ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

JUSBRASIL. **Em decisão inédita no RS juiz determina isonomia na posição entre defesa e MP em sala de audiências.** Publicada em 21/7/2011 e disponível em <http://dp-rs.jusbrasil.com.br/noticias/2781260/em-decisao-inedita-no-rs-juiz-determina-isonomia-na-posicao-entre-defesa-e-mp-em-sala-de-audiencias>. Acesso em 17 jun 2013.

_____. **Indenização para trabalhador que, calçando chinelos, foi barrado em audiência** Caso ocorrido na Justiça do Trabalho em Cascavel (PR) tem sentença que condena a União. Operário receberá R\$ 10 mil como reparação pelo dano moral sofrido. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2594035/indenizacao-para-trabalhador-que-calcando-chinelos-foi-barrado-em-audiencia-caso-ocorrido-na-justica-do-trabalho-em-cascavel-pr-tem-sentenca-que-condena-a-uniao-operario-recebera-r-10-mil-como-reparacao-pelo-dano-moral-sofrido>. Acesso em 18 mai 2013.

KÖHLER, Carl. **História do vestuário**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LIMA, Robert Kant de. “Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada”. In: **Anuário Antropológico 2009-II**, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 2010.

LOPES, Mônica Sette. **Juristas e jornalistas – impressões e julgamentos**. Brasília: Revista de Informação Legislativa, ano 45, nº 180, outubro/dezembro de 2008.

LUHMANN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

LUPETTI BAPTISTA, Bárbara Gomes. **Os rituais judiciais e o princípio da oralidade: construção da verdade no processo civil brasileiro**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

_____. **Entre “quereres” e “poderes”: paradoxos e ambiguidades da imparcialidade judicial**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Gama Filho como requisito parcial para a conclusão de doutorado em Direito. Rio de Janeiro, 2012.

MARINS, James. **Justiça entre chinelos e gravatas**. Artigo publicado no site do jornal Gazeta do Povo em 14/12/2012. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito/artigos/conteudo.phtml?id=1327336&tit=Justica-entre-chinelos-e-gravatas>. Acesso em 19 mai 2013.

MENDES, Regina Lúcia Teixeira. **Do princípio do livre convencimento motivado: legislação, doutrina e interpretação de juízes brasileiros**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

MIGALHAS. **Árbitro x Magistrado – Juiz do DF proíbe tribunal arbitral de usar símbolos do judiciário**. Disponível em <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI113807,61044-Juiz+do+DF+proibe+tribunal+arbitral+de+usar+simbolos+do+judiciario>. Acesso em 25 mai 2013.

_____. **Cascavel/PR Íntegra do termo de audiência suspensa por causa de chinelo**. Disponível em http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia.aspx?cod=40976. Acesso em 18 mai 2013.

_____. **É obrigatório o uso de vestes talares em todas as sessões do Tribunal**. Disponível em <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI49052,71043-E+obrigatorio+o+uso+de+vestes+tales+em+todas+as+sessoes+do+TREGO>. Acesso em 19 mai 2013.

_____. **Juíza de MG impede advogado de sentar-se à mesa por não estar de beca ou gravata.** Disponível em <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI118009,41046-Juiza+de+MG+impede+advogado+de+sentarse+a+mesa+por+nao+estar+de+beca>. Acesso em 19 mai 2013.

_____. **O que vestir ? CNJ considera legal norma que define traje para entrar na Comarca de Vilhena/RO.** Disponível em <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI84535,71043-CNJ+considera+legal+norma+que+define+traje+para+entrar+na+Comarca+de>. Acesso em 19 mai 2013.

MULHERES NO PODER. **Morre primeira juíza do Brasil.** Disponível em: <http://www.mulheresnopoder.com.br/tag/thereza-grisolia-tang/>. Acesso em 18 mai 2013.

OGLOBO. **Função a preservar (editorial).** Publicado em 29/4/2013 e disponível em <http://oglobo.globo.com/opiniao/funcao-preservar-8224368>. Acesso em 16 jun 2013.

ORDEM DOS ADVOGADOS. **Regulamento do Trajo e Insígnia Profissional.** Disponível em http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=30819&idsc=25368&ida=44699. Acesso em 18 mai 2013.

ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE. **Regulamento do Trajo Profisisonal.** Disponível em <http://www.oam.org.mz/wp-content/Docs/2-Regulamento/Regulamento-do-Trajo-Profissional.pdf>. Acesso em 18 mai 2013.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Francisco Falcão defende fim de detector de metal e revista a advogado.** Publicada em 10/4/2013 e disponível em <http://www.oab.org.br/noticia/25428/francisco-falcao-defende-fim-de-detector-de-metal-e-revista-a-advogado>. Acesso em 16 jun 2013.

PAIXÃO, Maria Filomena da. **Ruídos na tradução da linguagem jurídica para a linguagem jornalística: o papel da imprensa na concretização da democracia, dos direitos fundamentais e do acesso à Justiça.** Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Direito Constitucional, no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília, 2010.

PEIRANO, Mariza (org). **O dito e o feito – ensaios de antropologia dos rituais.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. **Rituais ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

PEREIRA, Merval. **Mensalão: o dia a dia do mais importante julgamento da história política do Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 2013.

POLLINI, Denise. **Breve história da moda.** São Paulo: Editora Claridade, 2007.

RICOEUR, Paul. **O Justo – ou a essência da Justiça.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **Magia e Capitalismo: um estudo antropológico da publicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RUFINO, Regina Célia Pezzuto. **Thereza Grisólia Tang – A pioneira na conquista feminina na magistratura catarinense**. Disponível em: <http://www.revistapersona.com.ar/Persona69/69Regina.htm>. Acesso em 18 mai 2013.

SADEK, Maria Tereza (coord.) **Magistrados: uma imagem em movimento**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SINHORETTO, Jacqueline. **A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos**. São Paulo: Alameda, 2011.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove**. 3ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Regimento Interno**. Brasília: STF, 2012.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. **Código de ética dos servidores da Justiça Militar da União**. Brasília: Superior Tribunal Militar, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Os cursos de Direito e a perspectiva de gênero**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO – CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL. **Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região** atualizada até o Provimento nº 4/2008-CG (dezembro/2008). Porto Alegre, 2008.

ÚLTIMA INSTÂNCIA. **União terá que indenizar trabalhador impedido de entrar em audiência por usar camiseta regata**. Disponível em <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/61738/uniao+tera+que+indenizar+trabalhador+impedido+de+entrar+em+audiencia+por+usar+camiseta+regata.shtml>. Acesso em 19 mai 2013.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA – FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS. **Revista Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher**. Disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/facesdeeva/eva_arquivo/revista_18/eva_arqu_numero18_f.html. Acesso em 18 mai 2013.

VEJA. **A queda da gravata: Como a informalidade – e até o aquecimento global – está levando as vendas do acessório a despencar**. Disponível em http://veja.abril.com.br/160708/p_082.shtml. Acesso em 16 jun 2013.

_____. **Veja essa.** Disponível em <http://veja.abril.com.br/290306/vejaessa.html>. Acesso em 18 mai 2013.

VELLOSO, Carlos. “A TV Justiça e seu Papel”. Artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo e disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/CarlosVelloso/ArtigosJornais/846037.pdf>. Acesso em 16 jun 2013.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. **Direito e Justiça no Brasil colonial: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

ZERO HORA. **Restrição a roupas e hábitos de servidores e estagiários causa polêmica no Fórum de Rio Pardo.** Disponível em <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/07/restricao-a-roupas-e-habitos-de-servidores-e-estagiarios-causa-polemica-no-forum-de-rio-pardo-3820318.html>. Acesso em 19 mai 2013.

7. ANEXOS

Anexo I – Decisão: usurpação dos símbolos da Justiça

Processo : 2010.01.1.111295-5

Ação : CIVIL PUBLICA

Autor : MPDFT MINISTERIO PUBLICO DO DF E DOS TERRITORIOS

Réu : TJAEM TRIBUNAL JUSTICA ARBITRAL MEDIACAO ESTADOS BRASILEIROS e outros

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

O MPDFT propôs ACP contra a TJAEM - Tribunal de Justiça Arbitral e Mediação dos Estados Brasileiros, Luis Gonçalves Matoso e João Bosco Portela, visando preservar os consumidores, em face de uso indevido de termos e símbolos típicos do Poder Judiciário pelos integrantes do pólo passivo.

O processo cautelar em apenso teve a liminar deferida e gerou a apreensão de diversas provas contundentes, num cenário que busca induzir o consumidor a erro quanto a se encontrar em um órgão oficial do Poder Judiciário.

Afirma que o dito "tribunal" mais se assemelha a uma empresa de cobrança de cheques devolvidos, revelando que o consumidor se depara com carteiras funcionais, oficiais de justiça, juiz de direito, inclusive sala de audiência.

Que o MPDFT firmou o TAC 3/2006 e 595/2008 com os réus, mas não foi suficiente, o que gerou inquérito 905/2009-4, e requisição de apuração dos crimes previstos na lei nº 1.521/51 e art. 304 do CP.

Que o fim social e econômico da pessoa jurídica está violado pelos réus, diante da ilicitude e práticas indevidas caracterizadoras da imoralidade e comprometedoras da probidade.

Há falta de transparência e afronta do art. 4º do CDC, pois o consumidor recebe uma convocação de comparecimento com o símbolo da Justiça no topo do documento e com a expressão de obrigatoriedade de comparecimento, compelindo o consumidor a aceitar, fazendo-o acreditar que se trata de uma convocação do Poder Judiciário.

Que todo o cenário de enganiosidade está devidamente comprovado por documentos, e que a atuação do tribunal arbitral como se empresa de cobrança fosse viola a lei da arbitragem nos arts. 3º a 7º e o CDC nos arts. 46 e 51 incisos V e VII.

Ademais, o árbitro não detém qualquer poder estatal, pois árbitro não é magistrado.

Apresenta vários precedentes e sustenta a teoria do desestímulo, bem como a dissolução judicial da sociedade.

Pede antecipadamente a tutela diante do perigo demonstrado e para garantir providência efetiva contra o dano aos consumidores, tudo com difícil reparação e pela falta de boa-fé na conduta dos réus, pois são centenas de consumidores submetidos às ações dessas entidades e iludidos por indução a erro perpetrado por entidade de direito privado de adesão facultativa

em desprestígio do Poder Judiciário, finalizando o pedido específico de proibir a utilização, emissão ou entrega de eventuais "carteiras funcionais", "cédulas de identificação" utilizadas pelos réus com fixação de multa por cada descumprimento.

É o relatório.

Decido:

Examinando criteriosamente cada documento elencado na inicial e os documentos apreendidos por força da cautelar nº 104147-4 em apenso, vislumbro que a arbitragem da forma como foi instituída violou expressamente a voluntariedade e a consensualidade de estabelecimento expresso de cláusula arbitral.

O consumidor é legalmente protegido de arbitrariedades e de induzimento a erro no desdobramento das sequelas geradas nas relações de consumo.

Os arts. 3º a 7º da lei de arbitragem estão violados e o uso de distintivos, brasões da República Federativa do Brasil, dos Estados membros e mesmo dos Municípios é privativo das entidades de direito público e não de sociedades de direito privado.

A violência ao CDC é evidente diante da publicidade enganosa e abusiva dos métodos coercitivos nas práticas de imposição de cláusulas abusivas no oferecimento de produtos e serviços.

São fortes os indícios de que os réus atuem como empresa de cobrança, ao arrepio da lei de arbitragem, pois as adesões induzem o consumidor a erro e nulificam de pleno direito as cláusulas contratuais, por estabelecerem obrigações iníquas, abusivas e que colocam o consumidor em desvantagem exagerada, tudo incompatível com a boa-fé, pois a utilização da arbitragem de forma compulsória é uma nulidade absoluta.

A prática documentada nos autos é grave e de repercussão geral, bem como agride o direito do consumidor, sendo imperioso o ato judicial de afastamento de tais condutas e de prevenção às ofensas futuras.

Posto isso, antecipo a tutela para fixar obrigação de não fazer, proibindo a utilização, a emissão ou entrega de carteiras funcionais ou cédulas de identificação utilizadas pelos réus que contenham símbolos oficiais, vedando expressamente a indução a erro do consumidor, proíbo a utilização de adesivos em veículos, vestes talares, formulários, carimbos, papéis de trabalho com símbolos oficiais ou semelhantes, bem como documentos típicos de processo judicial, inclusive, intimação, citação, mandado, avaliação etc. Fixo multa no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para cada descumprimento que ocorra, decretando a reversão da multa ao Fundo de Defesa do Consumidor. Inverto o ônus da prova por tratar-se de relação de consumo, sendo o consumidor o hipossuficiente. Expeça-se o edital do art. 94 do CDC. Cite-se por ARMP. Cumpra-se, imediatamente, fazendo-se as expedições necessárias, que serão cumpridas pelos Srs. Oficiais de Justiça.

Publique-se

Intimem-se.

Brasília - DF, segunda-feira, 19/07/2010 às 18h31.

Robson Barbosa de Azevedo

Juiz de Direito

Anexo II – Decisão: o juiz é um ser superior

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13º REGIÃO
Única Vara do Trabalho de Santa Rita-PB
ATA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO
PROCESSO Nº 01718. 2007.027.13.00-6

Aos 21 dias do mês de SETEMBRO do ano dois mil e sete, às 09:39 horas, estando aberta a sessão da Única Vara do Trabalho de Santa Rita, na sua respectiva sede, na Rua Virgínio Veloso Borges, S/N, Alto da Cosibra, Santa Rita/PB, com a presença da Sra. Juíza do Trabalho Titular, ADRIANA SETTE DA ROCHA RAPOSO, foram apregoados os litigantes:

Reclamante: LUIZ FRANCISCO DA SILVA

Reclamado: USINA SÃO JOÃO

Instalada a audiência e relatado o processo, a Juíza Titular proferiu a seguinte sentença:

Vistos etc.

LUIZ FRANCISCO DA SILVA, qualificado nos autos, propõe ação trabalhista em face de USINA SÃO JOÃO, igualmente qualificado nos autos, afirmando ter trabalhado para o reclamado, postulando os títulos elencados às fls. 04/12.

Junta procuração e documentos. Notificado o reclamado, veio a juízo e não conciliou. Fixado valor ao feito. Defesa às fls. 23/27 contestando o postulado. Junta documentos. Houve os depoimentos do reclamante e da reclamada. Dispensada a produção de provas pelo Juiz. Encerrada a instrução. Os litigantes aduziram razões finais remissivas e não conciliaram. Eis o relato.

DECIDE-SE:

FUNDAMENTAÇÃO

1. DA LIBERDADE DE ENTENDIMENTO DO JUIZ

No vigente diploma processual civil, temos normas que atribui ao juiz amplo papel na condução e decisão, dispondo poder o julgador dirigir "o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas", "dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica" (art. 852-D) e adotar "em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e as exigências do bem comum" (art. 852-I, §1º). Talvez o ponto mais delicado do tema esteja na avaliação da prova, o que envolve os princípios da unidade e persuasão racional e sua relação com o princípio protetivo. O princípio da unidade diz que, embora produzida através de diversos meios, a prova deve ser analisada como um todo e o princípio da persuasão racional relaciona-se com a liberdade de convicção do Juiz, mas obriga-o a fundamentar a sua decisão.

A liberdade de decisão e a consciência interior situam o juiz dentro do mundo, em um lugar especial que o converte em um ser absoluto e incomparavelmente superior a qualquer outro

ser material. A autonomia de que goza, quanto à formação de seu pensamento e de suas decisões, lhe confere, ademais, uma dignidade especialíssima. Ele é alguém em frente aos demais e em frente à natureza; é, portanto, um sujeito capaz, por si mesmo, de perceber, julgar e resolver acerca de si em relação com tudo o que o rodeia.

Pode chegar à autoformação de sua própria vida e, de modo apreciável, pode influir, por sua conduta, nos acontecimentos que lhe são exteriores.

Nenhuma coerção de fora pode alcançar sua interioridade com bastante força para violar esse reduto íntimo e inviolável que reside dentro dele.

Destarte, com a liberdade e a proporcional responsabilidade que é conferida ao Magistrado pelo Direito posto, passa esse Juízo a fundamentar o seu julgado.

2. DA PRESCRIÇÃO

Em seu depoimento pessoal confessou o suplicante que pediu para sair do reclamado em 1982 e que depois não mais trabalhou porque ficou sem condições de labutar. A presente ação foi proposta em 22/08/2007. O art. 7º, inciso XXIX da nossa Carta Política prescreve: Art. 7º — XXIX — ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000) Por conseguinte, face à confissão do suplicante, depoimento pessoal, temos como verdade que a relação entre os litigantes foi rompida em 1982. Em consequência, considerando o lapso temporal superior a dois anos, entre o dito rompimento do contrato entre os litigantes e a propositura da presente ação, acolhemos a prescrição bienal aduzida pela defesa, para julgar improcedentes os pleitos de salário mensal, repouso semanal remunerado, domingos e feriados, registro/baixa da CTPS, aviso prévio, horas extras, diferenças salariais, salário família, salário in natura, saldo de salários, 13º salário, indenização acidentária, FGTS + 40%, FGTS e art 10, penalidades, descanso semanal remunerado sobre horas extras, PIS, INSS, imposto de renda, indenizações referidas às fls. 10 e multa do Art. 467 da CLT.

3. DA JUSTIÇA GRATUITA

No que pese o entendimento deste Juízo no tocante à Justiça Gratuita, publicado na Revista do Tribunal — Ano I, no. 03 — Biênio 94/95 — TRT — 13a. Região, fls. 43/45, face ao pronunciamento unânime do Egrégio Tribunal deste Regional, referente à matéria idêntica nos autos do Processo Nº AI-107/97, publicado no Diário da Justiça deste Estado em 27/11/97, adota-se o princípio da celeridade processual, para deferir a Justiça Gratuita postulada e consequentemente dispensar o demandante das custas processuais.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, resolve a Juíza Titular da Única Vara do Trabalho de Santa Rita-PB julgar IMPROCEDENTES os termos dos pedidos formulados por LUIZ FRANCISCO DA SILVA em face de USINA SÃO JOÃO Se a tabela acima não for publicada na internet, encontra-se disponível nos autos do respectivo processo.

Ciente os litigantes. Súmula 197 do TST. Encerrou-se a audiência. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, na forma da lei, vai devidamente assinada:

Adriana Sette da Rocha Raposo – Juíza Titular

Anexo III – Termo da audiência suspensa por causa de chinelo



O pedreiro Joanir Pereira mostra o termo de audiência

Numeração única: **01468-2007-195-09-00-2**

Autos RT nº : **PS-01468/2007**

Reclamante : **Joanir Pereira**

Reclamada : **Madeiras J. Bresolin Ltda.**

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos treze dias do mês de junho de 2007, às 15:10h, na sala de audiências da 3ª Vara do Trabalho de Cascavel, sob a direção do Juiz do Trabalho **Dr.BENTO LUIZ DE AZAMBUJA MOREIRA**, foram apregoados os litigantes.

Presente o(a) reclamante, acompanhado(a) de seu(sua) procurador Dr. Olímpio Marcelo Picoli (OAB/TO 3631) .

Presente o(a) reclamado(a), por intermédio do preposto José Orlando Chassot Bresolin, acompanhado(a) de seu(sua) procurador Dr. Heriberto Rodrigues Teixeira (OAB/PR 16184), que junta procuração, carta de preposição e contrato social.

O Juízo deixa registrado que não irá realizar esta audiência, tendo em vista que o reclamante compareceu em Juízo trajando chinelo de dedos, calçado incompatível com a dignidade do Poder Judiciário.

Protestos do reclamante.

Em face da providência, o Juízo designa nova data para instauração do dissídio, **dia 14 de agosto de 2007 às 14h30min.**

Cientes as partes.

Nada mais.

Audiência encerrada às 16:10h.

E para constar, eu _____ Suzeli Maria Idalgo Becegato, Assistente Administrativo de Sala de Audiências, digitei a presente ata.

BENTO LUIZ DE AZAMBUJA MOREIRA
Juiz do Trabalho

Anexo IV – Ata da audiência suspensa por causa da bermuda

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO: 01569-2011-095-09-00-1

AUTOR: C.A.N.

RÉU: J.J.N.

Em 27 de julho de 2011, na sala de sessões da MM. 1ª VARA DO TRABALHO DE FOZ DO IGUAÇU/PR, sob a direção do Exmo(a). Juiz BENTO LUIZ DE AZAMBUJA MOREIRA, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 14h31min, aberta a audiência, foram, de ordem do Exmo(a). Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o(a) reclamante, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). Roberto Jose Dalpasquale Bertoldo, OAB nº 25832/PR.

Presente o(a) reclamado(a), pessoalmente, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). Silvio Roratto, OAB nº 19481/PR.

Tendo em vista a regra do artigo 445, inciso I, do CPC, que confere ao Juiz o poder de polícia em manter o decoro na sala de audiências, e ainda, considerando que o reclamante compareceu a esta audiência trajando bermudas, entende este Juiz do Trabalho que o traje não se coaduna com a realização de um ato formal dentro de uma sala de audiências do Poder Judiciário.

O Juízo convida o reclamante a se retirar da sala de audiência.

Em face da providência, o Juízo designa nova data para instauração do dissídio, dia 31/08/2011 às 14h15min.

Cientes as partes.

Encerrada às 14h32min.

Nada mais.

BENTO LUIZ DE AZAMBUJA MOREIRA
Juiz do Trabalho

Anexo V – Sentença a favor do advogado sem gravata

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

AUTOS Nº: 2009.38.01.706754-3

AUTOR: FÁBIO DE OLIVEIRA VARGAS

RÉ: UNIÃO FEDERAL

SENTENÇA Nº 714/2010 – TIPO A

Vistos etc.

Trata-se de ação sumaríssima ajuizada por Fábio de Oliveira Vargas em face da União Federal, na qual pretende indenização por danos morais no importe de R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais). Aduz que em 15.07.2008 compareceu à audiência na 3ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora/MG, como advogado do reclamado, processo 804.2008.037.03.00-4, em trâmite naquele Juízo, e que na ocasião foi impedido pela MM. Juíza do Trabalho de sentar-se à mesa de audiências, por não estar trajado com beca ou gravata.

Citada, às fls. 25/29, a União apresentou contestação, arguindo a ilegitimidade da União para figurar no pólo passivo da demanda, alegando não haver relação jurídica entre a União e o autor no que tange aos fatos alegados na inicial. No mérito, pugnou pela improcedência do pedido formulado pelo autor.

É o breve relatório, conquanto dispensado pelo art. 38 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 1º da Lei nº 10.259/01. **Decido.**

Inicialmente, defiro ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, requerida à fl. 10.

Em preliminar, argui a ré ilegitimidade para figurar no pólo passivo da demanda, sob o argumento de que não há relação jurídica entre a União e o autor. Contudo, não assiste razão à ré, senão vejamos:

A Justiça do Trabalho integra o Poder Judiciário da União de forma que os atos comissivos praticados por seus agentes e que nesta qualidade causem dano a terceiros, devem ser reparados pela pessoa jurídica de direito público a que estão vinculados, adotando-se a teoria objetiva do risco administrativo, na forma do artigo 43 do CC/02 c/c § 6º, do artigo 37 da CF/88.

Dispõe o § 6º, do artigo 37 da CF/88 que:

“§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa”.

Ainda, colaciono o seguinte julgado:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO: § 6º DO ART. 37 DA MAGNA CARTA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM.

AGENTE PÚBLICO (EX-PREFEITO). PRÁTICA DE ATO PRÓPRIO DA FUNÇÃO. DECRETO DE INTERVENÇÃO. O § 6º do artigo 37 da Magna Carta autoriza a proposição de que somente as pessoas jurídicas de direito público que prestam serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros. Isto por ato ou omissão dos respectivos agentes, agindo estes na qualidade de agentes públicos, e não como pessoas comuns. Esse mesmo dispositivo constitucional consagra, ainda, dupla garantia: uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivo sofrido. Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (STF, RE 327904/SP, Primeira Turma, Relator Ministro Carlos Britto, DJ 08.09.2006)

Assim, considerando que a referida Justiça Especializada integra o Poder Judiciário da União e que esta é a pessoa jurídica de direito público letigimada a responder pelos danos causados por seus agentes, rejeito a preliminar arguida, vez que a União é parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda, na forma do disposto no § 6º, do artigo 37 da CF/88.

No mérito, assiste razão ao autor senão vejamos:

Consta dos autos, à fl. 13, ata da audiência realizada em 15.07.2008 na sede da 3ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora/MG, em o autor figurou como patrono do reclamado, ficando consignado o seguinte: “*Presente o(a) advogado(a), Dr(a). Fabio de Oliveira Vargas, OAB 90681/MG, que não está trajado com beca ou gravata, dizendo a Juíza que não pode nem mesmo admiti-lo à mesa de audiências, solicitando-lhe que se mantivesse, caso queira, dentro da sala, mas não à mesa. O Dr. Fábio assentou-se próximo à porta*”.

Pois bem. Da análise do caso concreto, formo convencimento no sentido de que faltou razoabilidade à decisão da MM. Juíza da 3ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora/MG, que não admitiu o autor, advogado constituído pelo reclamado, à mesa de audiências por não trajar-se com beca ou gravata, vestimentas consideradas imprescindíveis pela magistrada.

Embora incorporado à rotina forense e afeto ao tradicionalismo dos Tribunais, o uso de paletó e gravata não tem obrigatoriedade imposta na lei, e nem sequer em ato regulamentar expedido pelo TRT da 3ª Região. A legislação não exige como requisito para participação das audiências que os advogados estejam trajados com paletó e gravata, beca ou qualquer outra vestimenta. Na verdade, a norma determina que os advogados estejam trajados de forma adequada ao exercício da profissão.

O próprio TRT da 3ª Região, no Ato Regulamentar Conjunto nº 01 de 15.09.2008, se limitou a dispor no art. 5º, inciso IV, que:

“Art. 5º É vedado nas Unidades do Tribunal:

IV – O ingresso com trajes inadequados ao decoro exigido pelo Poder Judiciário”

Não significa, porém, que não se deve reprimir a banalização, ou seja, o uso daquelas vestes notoriamente inadequadas e incompatíveis com o decoro, o respeito e a imagem do Poder Judiciário e da própria Advocacia, o que não é o caso. Ao juiz, incumbe presidir a audiência, zelando pelo seu bom andamento, o que não autoriza violar os direitos e prerrogativas do advogado que é constitucionalmente indispensável à administração da Justiça, na forma do art. 133 da CF/88.

Ainda, dispõe o art. 2º da Lei 8.906/94 que:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação da decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

§ 3º No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites desta lei.

Ademais, em se tratando da Justiça do Trabalho, a qual notadamente prima pelos princípios da oralidade, informalidade, celeridade e ainda pelo princípio do *jus postulandi*, ainda mais arrazoadada se mostra a medida atacada.

Configurada a conduta comissiva e antijurídica da MM. Juíza da 3ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora/MG, que culminou na violação aos direitos da personalidade do autor e comprovado o nexo causal entre o dano e conduta, deve a União reparar os danos morais suportados pelo autor, em face da teoria objetiva prevista no § 6º, do artigo 37 da CF/88. Ademais, o dano moral surge sempre que há uma lesão a algum direito da personalidade, sendo desnecessária a produção de provas que dimensionam o prejuízo, já que estas podem influenciar no quantum da indenização e não na efetiva caracterização do dano.

Quanto ao valor a ser indenizado, a doutrina e a jurisprudência estabelecem como parâmetros as circunstâncias do caso concreto, a gravidade do dano, a situação do lesante e a condição do lesado, devendo-se atentar para o fato de que o valor deve inibir a repetição da prática abusiva, sem que sirva de fonte de enriquecimento para a vítima. Logo, no caso dos autos, entendo como justa e compensatória, a fixação do montante indenizatório em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Diante do exposto, **julgo parcialmente procedente o pedido** formulado na inicial, para condenar a União Federal ao pagamento da quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, monetariamente corrigidos com base no manual de cálculo da Justiça Federal e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação.

Sem custas e honorários de advogado, na primeira instância.

P.R.I.

Oportunamente, arquivem-se com baixa na distribuição.

Luziânia, em 11 de junho de 2010.

LEONARDO AUGUSTO DE ALMEIDA AGUIAR

Juiz Federal Substituto da Subseção Judiciária de

Luziânia/GO em colaboração ao 1º JEF Cível da

Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.

Anexo VI – Imagens: a toga e o herói em charges e memes

Documento 1 – A capa do livro “Mensalão”, do jornalista Merval Pereira, estampa a foto de José Cruz, da ABr, que circulou nas redes sociais durante o julgamento em montagens comparando o ministro e a toga preta com o super-herói Batman



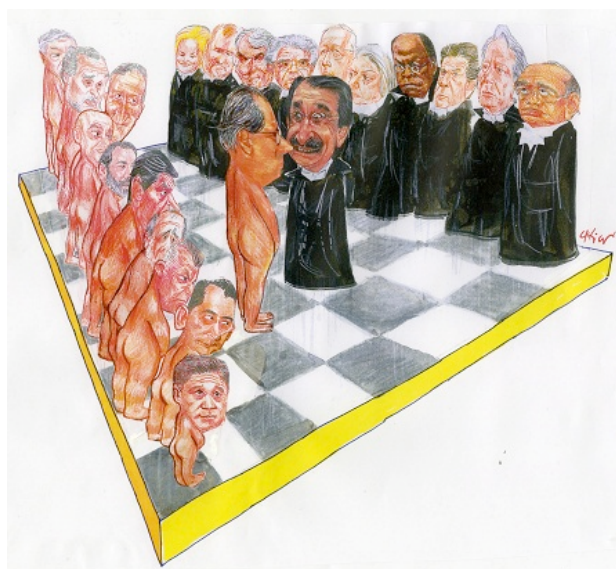
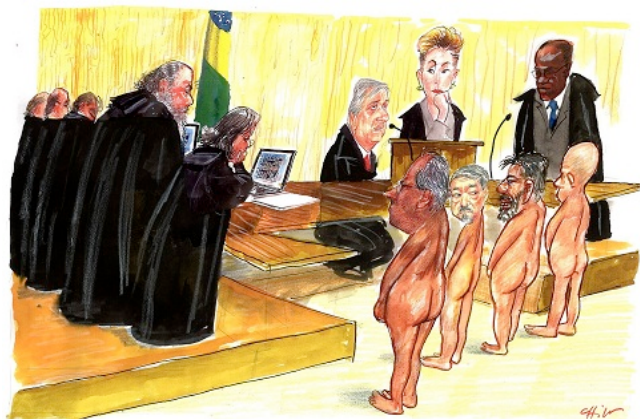
Documento 2 – Charges por Humberto para o JC Online e por Samuca para o Diário de Pernambuco: o herói escolhido é o Batman



Documento 3 – Na charge do Angeli, a crítica ao Poder Judiciário resgata a toga como símbolo



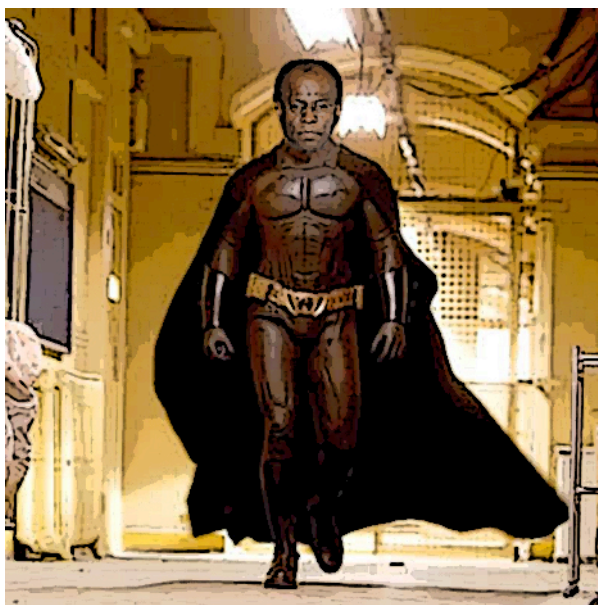
Documento 4 – As charges de Chico Caruso para O Globo retratam dois momentos do julgamento do mensalão: o recebimento da denúncia, ainda em 2007, e o julgamento em 2012



Documento 5 – A imagem do ministro Joaquim Barbosa fundida com a do comediante trapalhão Mussum



Documento 6 – Memes associam o ministro Joaquim Barbosa ao Batman



Documento 7 – O ministro Joaquim Barbosa também foi comparado com o Super-Homem. Segundo o jornal O Globo, “Joaquim Barbosa é o ‘justiceiro’ nas redes sociais”



Documento 8 – Mais uma associação do ministro Joaquim Barbosa a um super-herói: aqui, o Thor foi lembrado graças a outro símbolo da justiça: o martelo



Documento 9 – Na charge de Duke, Joaquim Barbosa é um vingador; na de Diogo, o próprio martelo



Documento 10 – E na de Dálcio, os heróis estão enciumados com uma capa que parece afinal ter mais poderes que a deles



Anexo VII – Epílogo: o carnaval

